

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Micaela Mano

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO GOVERNO PT: UMA
ANÁLISE SOBRE O PELC**

Santa Maria, RS
2016

Micaela Mano

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO GOVERNO PT: UMA ANÁLISE SOBRE
O PELC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Linha de Pesquisa Aspectos Socioculturais e Pedagógicos da Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação Física.**

Orientadora: Dr^a. Maristela da Silva Souza

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Mano, Micaela
Políticas públicas em tempos do governo PT: uma
análise sobre o PELC / Micaela Mano.- 2016.
70 f.; 30 cm

Orientadora: Maristela da Silva Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação Física e desportos, Programa de
Pós-Graduação em Educação Física, RS, 2016

1. Política Pública 2. Esporte e Lazer 3. PELC 4.
Neoliberalismo I. Souza, Maristela da Silva II. Título.

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Micaela Mano. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: mik_mano@hotmail.com

Micaela Mano

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO GOVERNO PT: UMA ANÁLISE SOBRE
O PELC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Linha de Pesquisa Aspectos Socioculturais e Pedagógicos da Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação Física.**

Aprovado em 6 de maio de 2016:

Maristela da Silva Souza, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Giovanni Felipe Ernst Frizzo, Dr. (UFPEL)

João Francisco Magno Ribas, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATORIA

Aos meus pais,
que *nos* colocaram sempre acima de tudo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus pais, José e Claudia. A quem lhes privei do meu convívio diário pelos últimos anos. Obrigada por acreditar sempre em mim, pelo incentivo e dedicação. Por estar sempre junto, mesmo que fisicamente longe. Não há palavras com que eu possa agradecer;

Ao meu irmão Federico, pela parceria eterna, pelas palavras certas nos momentos certos.

A Carolina, irmã do coração, por ser amiga, conselheira, parceira. Por estar sempre presente desse teu jeito particular.

À minha orientadora Prof.^a Dr^a Maristela da Silva Souza, por oportunizar este trabalho;

Ao Prof. Dr. João Francisco Magno Ribas, pelas contribuições e principalmente pela conversa em 2011, fruto da qual fiz minha primeira pós-graduação;

Ao Prof. Dr. Giovanni Frizzo pelas contribuições para esse estudo;

Ao programa de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria, professores e técnicos-administrativos;

Ao povo brasileiro que através dos impostos possibilitou que estudasse numa universidade federal;

À LEEDEF (*Linha de Estudos Epistemológicos e Didáticos em Educação Física*) pela relevância que os debates suscitados tiveram para minha formação pessoal;

Ao DACEFD gestões 2011/2012 por oportunizar tantos espaços de aprendizado, debate, estudo sem os quais nada deste trabalho teria sido possível. Ao Gui, Maira, Vaca, Carol, Coijinha por, literalmente, abrir meus olhos para a *essência do fenômeno*;

Aos colegas de aula Francielle, Marcius, Thaiane e Laís, pelas ótimas conversas, ideias trocadas, sugestões. Pela riqueza que proporcionaram ao nosso cursado.

Aos colegas do PELC/PCT/UFSM pela aventura de trabalhar junto, pela parceria e principalmente por ter levantado questionamentos ao respeito do programa. A todos os alunos que tive participando do projeto, por terem me suscitado tantas perguntas a partir da sua simplicidade, do seu estilo de vida, do seu entendimento do mundo.

Às amigas Pilar, Maira e Fra, as vezes presentes nos momentos bons e sempre nos ruins. Obrigada por não deixarem a barra cair;

Ao Francisco, Camila V., Juliana e Camila P. pela compreensão na etapa final deste trabalho. Aos meus colegas de trabalho pelo apoio.

Finalmente, a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que este trabalho seja finalizado. Tenho a certeza que cada um de vocês foi vital neste processo.

*Expor aos oprimidos a verdade sobre a situação
é abrir-lhes o caminho da revolução*

Leon Trotsky

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO GOVERNO PT: UMA ANÁLISE SOBRE O PELC

AUTOR: Micaela Mano

ORIENTADOR: Maristela da Silva Souza

Dedica-se, neste estudo, à análise do Programa de esporte e Lazer da Cidade– Povos e Comunidades Tradicionais – Universidade Federal de Santa Maria. Temos por objetivo analisar o papel do programa PELC/PCT/UFSM no conjunto das políticas públicas de esporte e lazer do governo PT. Para atingirmos este objetivo usaremos como base teórica o Materialismo Histórico Dialético. Trata-se de uma pesquisa organizada a partir de revisão bibliográfica e a análise documental, na qual foram utilizados documentos oriundos dos documentos finais das Conferências Nacionais do Esporte e a Política Nacional de Esporte, diretrizes e relatórios do PELC. A escolha de realizar este estudo a partir do governo do Partido dos Trabalhadores, gestão Lula (2003-2011), se deve ao PELC ter sido lançado em 2003, por estarmos numa década significativa de Megaeventos, que teve início na gestão do ex-presidente Lula, e pelo PT ter representado uma opção de enfrentamento à lógica neoliberal. O estudo mostrara que isso não aconteceu, de fato o governo Lula e Dilma aderiram ao projeto neoliberal, materializando-se nos pacotes de austeridade com reformas estatais, precarização das leis trabalhistas, retirada dos direitos sociais, repasse de recursos públicos a entidades privadas, defesa de isenção fiscal, políticas de parcerias. Por intermédio da análise do neoliberalismo e sua implementação nas áreas econômicas, políticas e sócias, podemos constatar que nas políticas públicas de esporte e lazer a ideologia se reproduz. O PELC/PCT/UFSM, ao tempo que é desfavorecido orçamentariamente para aumentar o investimento na área de esporte de alto rendimento e para os Megaeventos, nos traz um panorama de aprofundamento das relações de precarização, privatização mediante parcerias público privadas e delegação de responsabilidades para a sociedade civil desresponsabilizando o Estado do dever de garanti-los.

Palavras-chave: Política Pública. Esporte e Lazer. PELC. Neoliberalismo.

RESUMEN

POLÍTICAS PÚBLICAS EN TIEMPOS DE GOBIERNO PT: UN ANÁLISIS SOBRE EL PELC

AUTORA: MICAELA MANO
ORIENTADORA: MARISTELA DA SILVA SOUZA

Este estudio se dedica al análisis de Programa de deporte e Ocio de la Ciudad–Pueblos y Comunidades Tradicionales – Universidad Federal de Santa Maria. Tiene por objetivo analizar el papel del PELC/PCT/UFMSM en el conjunto de las políticas públicas de deporte y ocio del gobierno PT. Para alcanzar este objetivo usaremos como base teórica el Materialismo Histórico Dialéctico. Se trata de una pesquisa organizada a partir de la revisión bibliográfica y del análisis documental, en el cual fueron usados documentos oriundos de los documentos finales de las Conferencias Nacionales de Deporte y la Política Nacional de Deporte, directrices y relatorías del PELC. La elección de realizar este estudio a partir del gobierno del PT, gestión Lula (2003-2011), se debe al PELC haber sido creado en 2003, por estarnos en una década significativa de Mega eventos que tuvo su inicio en la gestión del ex presidente Lula, y por el hecho del PT haber representado una opción de enfrentamiento a la lógica neoliberal. El estudio evidenciará que eso no aconteció, de hecho el gobierno Lula y Dilma adhirieron al proyecto neoliberal, materializándose en los paquetes de austeridad con reformas estatales, precarización de la leyes de trabajo, retirada de los derechos sociales, repase de recursos públicos a entidades privadas, defensa de exención fiscal, políticas de convenios. Por intermedio del análisis del neoliberalismo y su implantación en las áreas económicas, políticas y sociales, podemos constatar que en las políticas públicas de deporte y ocio la ideología se reproduce. El PELC/PCT/UFMSM al tiempo que es desfavorecido presupuestariamente para aumentar la inversión en el área del deporte de alto rendimiento y los Mega eventos, nos trae un panorama de profundización de las relaciones de precarización, privatización mediante convenios públicos privados y delegación de responsabilidades para la sociedad civil, eximiendo de responsabilidad al Estado del deber de garantizarlas.

Palabras-clave: Política Pública. Deporte y Ocio. PELC. Neoliberalismo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	– Banco Mundial
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNE	– Conferência Nacional do Esporte
EBSERH	– Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EF	– Educação Física
FATEC	– Fundações Apoio à Tecnologia e Ciência
FHC	– Fernando Henrique Cardoso
FIES	– Fundo de Financiamento Estudantil
FIFA	– Fédération Internationale de Football Association
FMI	– Fundo Monetário Internacional
ICT's	– Instituições Ciência e Tecnologia
IFES	– Instituições Federais de Ensino Superior
LIE	– Lei do Incentivo ao Esporte
LIT	– Lei de Inovação Tecnológica
MDMs	– Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas
ME	– Ministério do Esporte
MG	– Minas Gerais
MIGA	– Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MP	– Medida Provisória
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONG's	– Organizações Não Governamentais
ONU	– Organização das Nações Unidas
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PCT	– Povos e Comunidades Tradicionais
PELC	– Programa de Esporte e Lazer da Cidade
PELC/PCT/UFSM	– Programa de Esporte e Lazer da Cidade – Povos e Comunidades Tradicionais – Universidade Federal de Santa Maria
PL	– Partido Liberal
PNE	– Política Nacional do Esporte
PPP	– Parceria Público-Privada
PR	– Partido da República
PROUNI	– Programa Universidade Para Todos
PST	– Programa Segundo Tempo
PT	– Partido dos Trabalhadores
Rede CEDES	– Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
REUNI	– Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIANES	– Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SNDEL	– Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer
SNEAR	– Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento
SNEE	– Secretaria Nacional de Esporte Educacional
SNEL	– Sistema Nacional de Esporte e Lazer
SNELIS	– Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VS	– Vida Saudável

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos recursos orçamentários	46
Tabela 2 – Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	METODOLOGIA	16
3	NEOLIBERALISMO: SOBRE AS NOVAS FORMAS	20
3.1	NEOLIBERALISMO E REFORMULAÇÕES DO PAPEL DO ESTADO	21
3.1.1	O neoliberalismo e os Organismos internacionais: ferramentas de aprofundamento - a dependência sem fim	26
3.2	O NEOLIBERALISMO PARA A PERIFERIA MUNDIAL: O PAPEL DO BRASIL	30
3.2.1	Collor e FHC: os primeiros passos do neoliberalismo	30
3.2.2	O PT e a continuidade neoliberal: a mudança que não foi	36
4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	41
4.1	O (NOVO) MINISTERIO DO ESPORTE	42
4.1.1	Os novos rumos	42
4.1.2	O Brasil dos megaeventos – A década de ouro	49
5	PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE	53
5.1	QUE LAZER É ESSE?	53
5.1.1	O PELC fenomênico: o que se vê e o que se desvenda	56
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Propomos neste trabalho fazer uma análise que nos permita compreender o caráter das políticas públicas que têm sido implementadas desde a década dos 90 pelo neoliberalismo e o governo PT, entendendo que há uma grande necessidade perante o atual quadro de sucateamento dos espaços livres de recreação e ócio, como também, para o investimento de dinheiro público para realização de Megaeventos esportivos. Pautamo-nos na análise da realidade concreta, visualizando o contexto de ataques e retiradas de direitos sociais que a classe trabalhadora vem sofrendo.

A ascensão do neoliberalismo assegurou ao sistema capitalista a oxigenação de suas taxas de lucro (LIMA, 2005). Através da retirada de direitos sociais, o Estado passou a ser mínimo para os direitos dos trabalhadores e máximo para o capital. Fortaleceu-se a ideologia de pagar por direitos como saúde, educação, lazer, dentre outros. Este fortalecimento vem acompanhado de políticas que visam abrir terreno para os grandes capitais se inserirem como produtores/prestadores de serviços e bens matérias plausíveis de serem adquiridos através de sua compra. Na área do esporte e lazer a conjuntura não é diferente. Ao passo que cultura vira mercadoria que pode ser comprada e consumida no nosso tempo livre, vemos como surge uma restrição do acesso a mesma por parte das camadas que não tem as condições objetivas de adquiri-las.

Levando em consideração que na sociedade industrial, o surgimento da institucionalização do tempo livre se deu enquanto tempo oposto ao trabalho assalariado, no qual o trabalhador pudesse recuperar as forças gastas na jornada laboral, através de atividades de ócio e lazer que permitissem a formação de um corpo dócil para a fábrica; e que ainda sem perder essa característica, somou-se na sociedade de consumo a lógica de tempo livre-mercadoria (MARCASSA, 2002).

Vivemos atualmente no Brasil no período dos megaeventos, Jogos Panamericanos e Parapanamericanos 2007, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos 2016, dentre outros, os que situam nosso país não somente na agenda mundial do capitalismo, assim como propicia um espaço candente para o debate, a pesquisa e sobre tudo para a luta.

É preciso tornar o ser humano em um ser crítico que lute em prol da classe trabalhadora buscando não a sua própria emancipação, mas a da classe.

Conseguindo atingir a consciência de classe os trabalhadores poderão lutar contra as políticas e o sistema que perpetuam as relações antagônicas da sociedade capitalista que cada vez mais os oprime.

Ao longo da história, diversas foram as funções que o esporte e o lazer tiveram na sociedade. Atrelada aos modelos de produção, econômico e de governos, estas funções foram usadas em benefício da classe burguesa para manter o controle dos assalariados, com a intervenção do Estado como mediador.

Neste sentido, as políticas públicas de esporte e lazer através de programas com viés funcionalistas e sobre valorização da competição e rendimento vêm a reforçar princípios próprios da sociedade de consumo, de forte teor excludente.

A relação entre o Estado e os direitos sociais se mostrou como um período diferenciado na década de 1970, sendo distinta de como se estruturam hoje as políticas públicas. No meio dos chamados “anos dourados” no Estado de bem-estar-social foi possível e necessário ao mercado que ofertasse garantias à saúde, educação, esporte e lazer a estado.

Com a ascensão do neoliberalismo no Brasil a partir da década de 90, entra em cena uma outra política. O Estado passa a ser mínimo para os direitos sociais, abrindo o espaço à iniciativa privada para assegurar que as taxas de lucro fossem mantidas. Dessa forma, se acentua a aceitação ideológica dos direitos sociais, entre eles o acesso a esporte e lazer, enquanto mercadorias que necessitam ser pagas para serem consumidas.

Nesse sentido é que contextualizamos as políticas que vem sendo delineadas para o esporte e lazer, principalmente a partir de 2002 com a ascensão do governo Lula. Numa totalidade composta por contradições, forças e interesses antagônicos em que cada vez mais os governos, as políticas, os espaços públicos vêm se pondo ao serviço do capital, levantamos a seguinte questão: Que relação existe entre as políticas neoliberais e as políticas do governo Lula/PT?, e ainda, como esta relação se reflete nas políticas públicas de esporte e lazer, em especial, Programa de Esporte e Lazer da Cidade, tomando como discussão o PELC/PCT/UFSM?

De 2007 a 2019 o Brasil será cenário de nove megaeventos esportivo. A partir disto, os Megaeventos tornam-se o eixo principal das ações governamentais para as políticas de esporte.

Percebemos assim como as políticas públicas de esporte e lazer no país são influenciadas por organismos multilaterais, afastando-se cada vez mais dos

interesses da classe trabalhadora, e procurando projetar o país a nível internacional, esportiva e economicamente. Estas políticas maiores fazem parte de um conjunto de mais políticas e programas de esporte e lazer, e temos o intuito de analisá-las e compreender a sua relação.

Desta análise decorre a formulação do objetivo geral do estudo, *identificar e analisar o papel das políticas públicas de esporte e lazer do governo PT, em particular do PELC/PCT/UFSM.*

Com o objetivo de darmos conta deste processo tivemos que analisar o PELC/PCT/UFSM dentro do contexto das políticas públicas e ações do governo PT, em especial dos mandados do Lula da Silva (2003-2011), e sua relação com as políticas internacionais.

A partir deste objetivo, propomos os objetivos específicos,

Analisar o caráter político-econômico das políticas públicas postas em prática pelo governo PT (2003-2011).

Analisar a conjuntura das políticas de esporte e lazer a partir da criação do Ministério de Esporte.

Contribuir na produção do conhecimento científico da Educação Física em relação às políticas e programas que dela dizem respeito, especialmente do PELC/PCT/UFSM.

2 METODOLOGIA

Lançamos mão do Materialismo Histórico Dialético para nos conduzir à produção de conhecimento objetivo, aquele que possibilita a superação da fase epidérmica do fenômeno para desvendar o que há por trás dele. Compreendemo-lo como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 1981, p. 8).

Frigotto (2006) situa a dialética no plano da realidade, no plano histórico, numa rede de relações contraditórias e conflitantes. Para apreender estas relações o método vincula-se a uma concepção de vida, de mundo, de realidade; é antes de um método, uma postura perante o mundo.

Entendemos por esta concepção a importância do compromisso do pesquisador em relação ao objeto de estudo. A escolha por estudar políticas públicas de esporte e lazer surge pela participação da pesquisadora no PELC, fazendo com que haja interesse no entendimento das políticas, a quem elas servem, porque, e mais importante, como lutar e resistir. Partimos então do concreto, o conhecimento de realidade como se apresenta.

O conhecimento não é um ato e sim um processo. Precisamos agora (re)construir o conhecimento que diz respeito ao nosso objeto de estudo. O fenômeno encontra-se numa realidade complexa com contradições. Esta realidade, totalidade, é composta por múltiplas determinações, antagônicas e contraditórias que estão em constante movimento relacionando-se com outros fenômenos. Para Marx (2008)

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação.

É nosso objetivo final, produzir conhecimento, mas é também nosso ponto pé inicial, o conhecimento que já temos. No nosso caso, partiremos das políticas neoliberais e sua relação com as políticas públicas de e esporte e lazer apresentadas pelo governo PT.

Neste caminho nosso conhecimento inicial (concreto) sofre um processo de análise (abstrato), que logo volta a ser nosso conhecimento inicial, de novo concreto.

Do mais complexo ao mais simples, para vir a ser complexo mais uma vez; a cada síntese um novo fazer e refazer, gerando uma nova síntese.

Para Andery e Serio (2007) o conhecimento não é resultante do reflexo produzido pelo fenômeno em si, mas é neste que aquele deve revelar o que lhe é essencial. O método para produzir esse conhecimento deve nos conduzir a descoberta do fenômeno para além da aparência, e ainda tão importante, descobrir o que determine que a aparência com que se apresenta.

No processo de (des)construção do conhecimento o pesquisador parte do concreto, reproduz assim na sua mente a estrutura e dinâmica do objeto com as suas múltiplas determinações, sendo reconstituído como um fenômeno abstrato; descoberta sua essência o conhecimento volta a ser concreto, porém agora concreto pensado, produto do ser humano.

Para responder as questões do estudo, utilizar-nos-emos da pesquisa documental concordando com Sá-Silva (2009) a importância da riqueza das informações que deles podemos conseguir, possibilitando assim aumentar a compreensão de objetos para os quais se faz necessária uma contextualização histórica e sociocultural. A pesquisa documental tem por objetivo a coleta de dados para as análises que permitem a compreensão do objeto de estudo.

Todavia, esta técnica nos permite contextualizar o fenômeno a ser estudado estabelecendo relações diacrônicas e sincrônicas. Para Cellard (2008) o trabalho com documentos nos possibilita a compreensão do social acrescentando a dimensão temporal.

A partir disto pretendemos coletar documentos oficiais sobre políticas públicas de esporte e lazer do governo Lula/PT, tais como os documentos finais das Conferências Nacionais do Esporte e a Política Nacional de Esporte e analisá-los de forma paralela ao suporte bibliográfico que nos permitirá fazer uma leitura crítica. Também nosso trabalho contará com a análise do PELC, para o qual analisaremos as diretrizes 2012. Farão parte da nossa análise documental aqueles documentos (livros, artigos, etc.) que digam respeito do cenário internacional em relação ao neoliberalismo; relatório sobre desenvolvimento mundial e *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* do Banco Mundial, Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio da ONU.

A revisão bibliográfica contemplou referências teóricas acerca das políticas públicas de esporte e lazer de forma específica, sua organização e planejamento, assim como material referente a aplicação do neoliberalismo na América Latina.

Para continuar com nossas análises deveremos recorrer à categorização, que segundo Kuenzer (1998) é a sistematização que nos permitirá selecionar e organizar a teoria e os fatos que iremos investigar. Já Netto (2011) enfatiza que o objetivo das pesquisas embasado na teoria do Marx, tem como objetivo “conhecer as categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa” (p. 46). Sendo assim, as categorias são objetivas, e mediante a abstração o pesquisador as reproduz no seu pensamento.

Kuenzer (1998) distingue as “categorias metodológicas” e as “categorias de conteúdos”.

As categorias metodológicas, próprias do método materialista, correspondem às leis objetivas e universais e nos permitem estudar qualquer objeto, em qualquer realidade abarcando uma análise mais geral que nos permitirá entender as relações entre o objeto estudado (o singular) e os fenômenos gerais (o universal).

Estas são a Totalidade que manifesta e é a manifestação das relações produtivas e sociais, a Contradição, presente na totalidade, representa o movimento, a luta dos contrários que dá lugar às transformações. A Historicidade, resultante do modo de produção e vida em sociedade do homem, assim como da construção histórica do conhecimento. Já a Mediação nos possibilita estabelecer as relações que ligam as múltiplas determinações presentes na totalidade.

Para compreender nosso fenômeno na totalidade, devemos recorrer à mais avançada manifestação dele, às atuais políticas públicas de esporte e lazer, pois “somente quando uma forma mais complexa se desenvolve e é conhecida é que se pode compreender inteiramente o menos complexo” (NETTO, 2011, p. 48).

As categorias de conteúdo são recortes particulares definidos a partir do objeto e da finalidade da investigação que nos permitirão entender de que modo estas leis gerais se expressam e são reproduzidas na especificidade do objeto de estudo. Elas representam o particular, realizando a mediação entre o universal e o singular. Definiremos como tais Políticas Públicas, Estado, Neoliberalismo, Esporte E Lazer, PELC.

A autora afirma que a metodologia se define através da expressão das leis universais (categorias metodológicas) e a sua aplicação ao particular (as categorias de conteúdo).

A luz de Cheptulin (2004) entendemos o singular como sendo as ligações e características que pertencem apenas a uma coisa/objeto/processo, e que nunca poderão existir em outra. Cada objeto com suas singularidades representa uma forma particular de movimento. Para cada singular, representando o que não e repete, existe o que se repete, aquilo que lhe é próprio também a outras coisas. As ligações e características que se repetem são o geral. Assim o singular e o geral a existem de forma dependente e precisam de coisas/objetos/processo particulares, que são momentos aspectos das formações matérias particulares.

Desta forma o caminho que tomaremos os possibilitara desvendar a relação entre o universal, o particular e o singular. Para darmos conta das políticas neoliberais representam nosso universal, o particular se apresenta nas políticas públicas de esporte e lazer do governo PT, e é o PELC nosso singular.

A organização do projeto procura analisar num primeiro momento o que é o neoliberalismo e quais as características das políticas dele advindas. Neste primeiro capítulo, será abordada uma análise sobre o surgimento na Inglaterra e depois sua adesão em vários outros países. Para afirmar-se enquanto ideologia, o neoliberalismo usou de ferramentas os organismos internacionais, desta forma vamos analisar de forma breve qual foi sua função. Para finalizar, a inserção neoliberal no Brasil, de Fernando Collor de Mello até Dilma Rousseff.

Na segunda parte nos propomos a analisar a criação do Ministério de Esporte com a ascensão à presidência do Luiz Inácio Lula da Silva e levando em consideração as Conferências Nacionais do Esporte, analisar o rumo que as políticas públicas de esporte e lazer tomaram e que relação guardam com o projeto da burguesia mundial. A partir disto, os Megaeventos Esportivos entram em cena com uma bem arquitetada estratégia para aumentar os lucros do capital.

No terceiro capítulo o lazer passa a ser o centro da discussão. Seu caráter, primeiro como conquista da classe trabalhadora e logo ao serviço do capital como reforçador dos valores e relações capitalistas de trabalho. Na segunda parte vamos abordar o objeto de estudo, PELC/PCT/UFSM, como ele se apresenta e o que se desvenda a partir da análise das suas diretrizes.

3 NEOLIBERALISMO: SOBRE AS NOVAS FORMAS

Este governo reduziu as fronteiras do Estado e seguirá reduzindo-as cada vez mais. Tão popular é nossa política que está sendo aplicada em todo o mundo. De França às Filipinas, de Jamaica ao Japão, do Malásia ao México, do Sri Lanka ao Singapura, as privatizações estão avançando. [...] As políticas que temos promovido estão ganhando interesse em país após país. Nós, os conservadores, cremos no Capitalismo Popular. Cremos numa democracia de cidadãos-proprietários. E isso funciona!¹

A resposta do capitalismo a sua crise estrutural dos anos sessenta-setenta marcado pelo declínio dos padrões de acumulação do Fordismo/Taylorismos e a crise do petróleo, foi passar por uma reconstrução econômica, ideológica e política. Reconstrução esta que significou uma transformação do então conhecido Welfare State² para o Estado Neoliberal.

O esgotamento do modelo estatal produziu uma estagnação nas taxas de lucro e na produtividade. A reestruturação do modelo de acumulação do capital teve como resultante uma intensificação de desemprego, precarização das condições de trabalho através da terceirização; o Estado foi desregulamentado, abrindo espaço para investimento público no setor privado.

Para se afirmar, o neoliberalismo teve a disposição como ferramentas os organismos multilaterais (BM, FMI, ONU, CEPAL, UNESCO) que engajados à burguesia nacional e ao governo, formulam as políticas que irão influenciar de forma direta a vida do trabalhador. O Brasil situa-se enquanto país periférico da economia mundial, dando-lhe, junto a América Latina, um caráter de mero *reprodutor* dos ditames dos países centrais.

Por sua vez, os governos de turno (Collor – FHC – Lula/Dilma/PT) fizeram de mediadores para a implementação de uma série de políticas e leis que vieram a garantir a oxigenação das taxas de lucro do capital.

Diante do exposto, torna-se importante entendermos a transformação do Estado perante as mudanças do capital e como a concepção neoliberal e como essa mudança se concretizou. Na primeira parte do capítulo ansiamos dar conta desse

¹ Discurso de Margaret Thatcher na Conferência do Partido Conservador em 1986. Discurso na íntegra disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/document/106498>. Tradução livre.

² Para Gasparetto Junior no Brasil houve um esboço de implantação, mas não chega a consolidar-se, ficando restrito a países do capitalismo central.

debate. Numa segunda parte vamos abarcar a análise dos organismos internacionais e seu papel no aprofundamento da dependência capitalista. Na última parte a análise focara na função do governo como mediador entre o Estado e o capital, de forma a garantir a sua manutenção.

3.1 NEOLIBERALISMO E REFORMULAÇÕES DO PAPEL DO ESTADO

Nos anos posteriores à II guerra mundial os principais países capitalistas tomaram medidas que nos atingem até hoje, mas para entendê-las afundo é preciso analisar a conjuntura política de algumas décadas. Embasado nas idéias de John Maynard Keynes, economista inglês, fundador da escola keynesiana nasce o Welfare State. Surge “uma necessidade da expansão do capitalismo” (LIMA, 2011, p. 3) que se caracterizou por ter o Estado como o principal agente regulamentador nos âmbitos sociais, econômico e políticos para administrar os problemas sociais fruto da crise.

Também conhecido como Estado de bem-estar-social teve como uns dos objetivos apresentar-se como uma alternativa ao socialismo real presente no Leste Europeu, a fim de dar a população certas garantias e direitos que evitassem um possível fortalecimento das ideias socialistas nos países capitalistas e uma união dos trabalhadores. O Welfare State, ou Estado de bem-estar-social, trouxe “uma serie de medidas estatais para garantir a lucratividade geral do sistema face ao esgotamento relativo dos mercados” (LESSA, 1998, p. 1).

Segundo Lessa (1998), numa análises do Estado de bem estar social nos países centrais, as estratégias governamentais tomaram quatro direções; a regulamentação dos salários, políticas externas, criação de uma rede de comunicação e um aumento das políticas públicas. A primeira medida, dentre outras coisas, ajudou a movimentar o mercado permitindo o acesso ao consumo de uma grande massa de trabalhadores que antes não tinham possibilidades de adquirir certas mercadorias.

A segunda medida foi implementada pelos países centrais ao se inserir com suas produções industriais nos países dependentes na busca de matéria prima barata, reduzidos encargos sociais, privilégios fiscais e mão de obra barata e desqualificada. Desta forma as empresas transnacionais buscavam expansão nas economias domesticas. Com uma grande parcela dos trabalhadores tendo

condições objetivas para acessar as novas mercadorias, a terceira direção tomada foi a criação de uma rede de comunicação, que a serviço do mercado, propiciou o desenvolvimento da propaganda favorecendo a circulação de mercadorias.

Por ultimo, mas não menos importante vieram, as políticas públicas de forma intensificada nas áreas sociais como educação, saúde, moradia, assistência social, a previdência social, etc. O Estado implementou políticas que na sua essência visavam aumentar os lucros do capital; foi assim que para garantir o lucro da construção civil e das grandes empreiteiras foram postas em prática políticas de moradia.

No que tange a educação o compromisso era preparar as gerações para consumirem as novas tecnologias produzidas pelas indústrias e o modelo de produção. Vale destacar que a concepção de políticas públicas esta ligada ao modelo do Estado, sendo resultado da correlação de forças entres as diferentes classes sociais (LIMA, 2011).

As políticas públicas voltadas à saúde garantem ao setor privado um financiamento seguro para a expansão de seus lucrativos negócios com as nossas doenças. E o seguro desemprego serve para amortecer o impacto, no conjunto da economia, de uma crise setorial que provoque desemprego (LESSA, 1998, p. 2).

Nesta breve caracterização do Estado de bem-estar-social podemos ver como os caminhos tomados pelos governos não atendiam à classe trabalhadora de forma direta, e sim a manutenção e ampliação do capital tentando salva-lo da crise. Assim, o que aparentava ser um ganho dos trabalhadores, são estratégias que se apresentam como *migalhas* para a classe. Isso inclusive considerando que o *verdadeiro* Welfare State se implementou nos países centrais do capitalismo, sobrando para os da periferia apenas resquícios destas políticas.

Em nível de economia internacional a crise do petróleo na década de 1970 trouxe grandes empecilhos para a manutenção do Estado de bem-estar-social. A crise estrutural do capitalismo se devia ao período de estagnação do capital, já que a busca por superlucros é o alicerce para os movimentos de aceleração e desaceleração do capitalismo.

Para Pinto (2013) a maior expressão fenomênica da crise do capital foi o esgotamento dos padrões de acumulação do Taylorismo/Fordismo na medida em que a produção em larga escala não conseguiu absorver a retração de consumo. De

forma conjunta os trabalhadores organizarem-se nos sindicatos aumentando sua força reivindicadora dificultando assim o avanço do capital.

O modelo estatal tinha chegado a seu esgotamento entrando numa crise que não conseguia manter as taxas de lucro e nem o aumento da produtividade. As conseqüências se mostraram com o início de um processo inflacionário sem aumento do lucro, elevação da dívida interna e externa com conseqüentes massas de desempregados. Os direitos sociais e as garantias que se tinham foram pouco a pouco sendo retirados através de reformas estatais que defendessem o livre mercado e possibilitassem aumentar as taxas de crescimento e diminuir as taxas de inflação.

Para Netto (2004) este estágio do capitalismo registra um alto nível de desenvolvimento das forças produtivas tanto matérias como sociais que alternam os processos de organização e produção do trabalho, conformando assim novas formas de acumulação “no marco de uma inteira mundialização dos circuitos do capital, este cada vez mais concentrado e centralizado” (p. 70).

Para dar respostas a esse cenário, entra em cena o neoliberalismo. Conforme esclarece Anderson (1995), o neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial nas regiões em que imperava o capitalismo (Europa e América do Norte), sendo o principal entrave do Estado de bem-estar-social. Seu principal pensador foi o economista Friedrich Hayek, que junto à Sociedade Mont Pèlerin argumentavam que o igualitarismo proposto pelo Welfare State através da regulação social “destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p. 2).

O Estado Neoliberal demorou quase uma década para se configurar tal como o conhecemos hoje. Para Anderson (1995), esta transformação do Estado, nos anos 70, aconteceu “quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas”. Embora o autor destaque que foi no Chile do pós golpe militar – final dos 70 – a partir do mandato do General Augusto Pinochet, que o neoliberalismo deu seus primeiros passos, é de aceitação geral que foi na Inglaterra de Thatchert que “um país de capitalismo avançado” (p. 3) abordou com empenho o programa neoliberal. Um ano mais tarde os Estados Unidos lhe sucederam com Reagan à presidência. Em 1982 foi a vez da Alemanha com o presidente H. Kolt, e em 1983 com o governo de Schluter foi a Dinamarca.

Frente à queda na lucratividade e a saturação nos mercados, o neoliberalismo, como caracterizado por Lessa (1998), propõe a introdução de novas tecnologias e novas estratégias para o gerenciamento nas fabricas que possam garantir a redução dos custos de produção, tudo o que fosse preciso para o Estado ter estabilidade monetária. A diminuição das taxas de juros para os rendimentos mais altos e a isenção de imposto para as grandes indústrias foram ações deste novo Estado.

Para Lima (2011)

O neoliberalismo propõe um “enxugamento” do Estado. Se antes a intervenção estatal era encarada como uma forma de evitar crises econômicas, hoje ela é apontada como responsável pela crise. E, para se sair dela, é necessária a implementação de um ajuste estrutural materializado num conjunto de medidas, entre as quais se destacam: reforma do Estado (privatização dos serviços públicos), reforma fiscal (diminuição dos impostos sobre as grandes empresas e maior taxação da classe trabalhadora, dos médios e pequenos empresários) e maior violência do Estado para garantir essas medidas (p. 4).

Grande parcela da culpa pela crise, segundo Hayek, se encontrava nas mãos dos sindicatos e dos operários que lhe custavam muito ao Estado pelas suas reivindicações salariais e pela garantia de direitos exigidos pelos mesmos. Para isto, foi fundamental que houvesse uma taxa de desemprego natural que criasse grandes massas de trabalhadores dispostos a serem empregados por baixíssimos salários, desta forma aqueles que ainda tinham emprego e mesmos os sindicatos não exerceriam tanta pressão sobre o Estado.

Com a intensificação do desemprego, e correspondente queda do poder de pressão dos trabalhadores na negociação das condições de venda da força-de-trabalho, cria-se uma situação favorável para a introdução de um ritmo de produção muito mais intenso, de jornadas de trabalho flexíveis e muito mais longas e da redução dos custos oriundos dos estoques gigantescos necessários ao fordismo (LESSA, 1998, p. 3).

Assim, a forte intervenção nas áreas sociais que se tinha até o momento, não poderia mais estar a cargo do Estado, tirando desta forma o custo que lhe significava a manutenção destas políticas. O Estado passa, então, a ser mínimo para os direitos sociais e máximo para o capital (LESSA, 1998). Os cortes nas áreas sociais permitem um maior capital financeiro para garantir e acrescentar o lucro do capital. Ao recuar de certas áreas, o Estado abre caminho para o investimento privado gerar mais lucro. Setores como educação, saúde e moradia passaram às

mãos de capital privado (dentre todas as aéreas que fossem favoráveis para o setor privado extrair lucro) sendo privilégio daqueles que possuem dinheiro para pagar por estes serviços e estimulando ao consumo, características que ainda podemos notar facilmente se nos remetemos ao presente.

No plano social, o êxito das políticas neoliberais dependia de conseguir uma crescente desigualdade, para que o capital privado possa explorar ao máximo a classe trabalhadora. Desta forma ampliando suas taxas de lucro e abrindo margem para que em compensação, o governo, proporcione condições aos menos favorecidos através do assistencialismo.

Sobre a implementação do neoliberalismo e as “receitas” seguidas por cada governo, não podemos dizer que foram idênticas. Em cada país a implementação teve suas características próprias, ora mais rígidas ora mais flexíveis, mas o que pode ser afirmado é que o modelo neoliberal foi posto em prática por governos de extrema direita até governos auto-proclamados de esquerda.³

É neste novo estágio do capital que, a partir de 1975, a reestruturação estatal torna-se diferente e contempla em linhas gerais a

[...] pesada transferência do patrimônio público-estatal para o grande capital pela via da *privatização*; drenagem de recursos privados e públicos para o capital parasitário-financeiro através das políticas de ajuste (financeira e tributária) – o que, especialmente nos Estados periféricos e semi-periféricos, conduz a uma verdadeira quebra do poder estatal para financiar o enfrentamento da “questão social” [...]; diminuição do poder do Estado como regulador das relações capital trabalho, pela via da *flexibilização*; [...] Em resumidas contas, a reestruturação do Estado em curso pode ser sinalizada como a *hipertrofia da sua função de garantidor da acumulação capitalista simultaneamente à sua atrofia como legitimador desta*; na medida em que o fundamento dessa reestruturação é a concepção de que o único regulador societal legítimo e eficiente é o *mercado*, o que vem emergindo da reestruturação em curso é um Estado *mínimo para o trabalho e máximo para o capital* (NETTO, 2004, p. 71-72).

O Estado foi desmantelado, e desregulamentado, ausentou-se das relações econômicas deixando-as a mercê da livre concorrência. Foram privatizadas inúmeras atividades sociais que antes eram controladas pelo Estado, com a principal missão de acumulação e expansão do capital para gerar riquezas. O Estado neoliberal representa um conjunto de ações econômicas e políticas que retiram seu papel da economia, é a não participação nela.

³ Não consiste no foco deste trabalho aprofundar os pensadores do neoliberalismo e na sua implementação pelos diferentes governos. Para isso, podemos nos dirigir ao texto Balanço de neoliberalismo – Perry Anderson, 1995.

3.1.1 O neoliberalismo e os Organismos internacionais: ferramentas de aprofundamento - a dependência sem fim

Diante do esgotamento das formas de acumulação do capitalismo os organismos internacionais tiveram um papel chave para a consolidação do neoliberalismo como meio de oxigenação e renovação do capital.

O colapso do capital iniciado na pós-guerra teve como consequência a diminuição das taxas de crescimento gerando uma crise estrutural nos países centrais, isto implicou numa reformulação produtiva destes para permitir sua expansão.

Para o capitalismo se (re) afirmar nos países periféricos na sua reconfiguração neoliberal, o papel desempenhado pelos organismos internacionais teve vital importância. Nestes, as políticas públicas foram reorganizadas afim de reforçar os valores do projeto neoliberal. Segundo Lima (2005) estas políticas que orientavam reformas tanto políticas como econômicas foram promovidas por

sujeitos políticos coletivos do capital – Fundo Monetário internacional/FMI; Grupo Banco Mundial/BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID; Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência, e Cultura/UNESCO e mais recentemente, a Organização Mundial do Comércio/OMC (p. 80).

É lançada mão destes instrumentos (organismos internacionais) para garantir os interesses dos países centrais e levar adiante o processo de mundialização da sociedade burguesa. Constituindo-se assim enquanto ferramentas de implementação e aprofundamento das políticas imperialistas.

Num cenário de crescente pobreza, com avanço da ofensiva neoliberal imprimido um papel para o Estado, mínimo para o social e máximo para o capital, as agências multilaterais mediante transferência de capitais e tecnologias se consagraram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de “alívio à pobreza”. Diante desse contexto que o Banco Mundial vem assumindo a expressão do multilateralismo e se tornando o principal promotor das “políticas de combate à pobreza”, principalmente nos países da periferia.

Os países em desenvolvimento tiveram uma intervenção direta do BM na política interna. As dívidas contraídas pelos empréstimos geraram uma conjuntura que favoreceu a atuação dos organismos internacionais através de cláusulas e condicionamentos afim de poderem renegociar as dívidas.

Assim, os organismos internacionais têm “sugerido” que as políticas (e reformas) dos países da periferia se enquadrem nas exigências políticas e econômicas dos países imperialistas. Estas políticas caracterizadas pela não intervenção do Estado nas áreas sociais, abrindo espaço para o setor privado, aumentam a participação do Estado com maior efetividade para os grandes capitalistas, empresas, bancos.

Criado em 1944, decorrente das negociações pós 2ª Guerra Mundial, tem entre seus objetivos fomentar e promover as políticas de combate à pobreza, em articulação com os governos nacionais dependentes da sua ajuda. Segundo informam documentos do próprio organismo

O Banco Mundial é a única agência supranacional de financiamentos que angaria fundos nos mercados financeiros internacionais para combater a pobreza através do financiamento de projetos nos países em desenvolvimento; ajuda a atrair investimentos privados através de co-investimentos; oferece aconselhamento econômico e técnico aos países membros (BANCO MUNDIAL, 2007).

Com o objetivo de reduzir a pobreza “de modo rápido e politicamente sustentável” o BM centra suas propostas em transferência renda, atividade laborativa e promoção de atividades vinculadas à assistência social. Para o êxito desta estratégia, era necessário que os países seguissem de forma fiel as diretrizes, condição indispensável para receber “ajuda” dos organismos internacionais.

Para o BM, aliviar a pobreza (extrema) parte do suposto de que isto “seria possível, *com pouco ônus para os países industrializados*, obter os recursos externos necessários ao custeio desta estratégia” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 6). Ainda mais, se declaradamente esta estratégia não exige elevados custos aos países centrais, nem ao capital, nem limites à acumulação capitalista. Como consequência, na medida em que os países em desenvolvimento são “ajudadas” no combate à pobreza, mais dependente financeira e tecnicamente os torna.

Ao definir como e em que estes recursos serão empregados, os organismos multilaterais impõem aos países “pobres” uma determinada modalidade de “trabalho” e de “assistência”, assim como exigências e condicionalidades para as políticas econômicas e sociais destes países.

Para Soares (1998) foi a partir da década dos 80 que a intervenção do BM na política interna se faz de forma direta, gerando um grande controle sob a formulação

das leis responsáveis pelo processo de reestruturação dos estados. Implementam-se “um conjunto de reformas estruturais nos países endividados” (p. 23).

Este *conjunto de reformas* são conhecidas como as resultantes do “Consenso de Washington”. Ocorrido em 1998, funcionários do governo estadunidense e dos organismos financeiros como FMI e BIRD fizeram um balanço da política neoliberal nos países da América Latina. Segundo Menandro (2007) Alguns dos eixos traçados para as economias periféricas foram,

- Abertura Comercial.
- Desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas.
- Reforma tributária e disciplina fiscal reduzindo os gastos públicos.
- Liberação financeira para o ingresso de capital estrangeiro eliminando restrições.
- Juros de mercado.
- Privatização de empresas e serviços públicos.

Na sua essência, o Consenso de Washington resumia-se na recomendação de que o Estado se retirasse da economia - tanto nas transações domésticas como nas internacionais - a fim de que toda a América Latina se submetesse às forças do livre-mercado.

A adoção destas medidas significou condição obrigatória para que os países da América Latina pudessem renegociar a dívida externa e receber qualquer recurso das agências financeiras internacionais.

A política de privatização estava inserida nos pontos do Consenso de Washington, pois significava destinar ao capital privado, empresas lucrativas a baixo custo, muitas vezes modernizadas, além disso, financiada pelo próprio Estado com juros baixos, através de bancos de fomentos.

Outro organismo multilateral foi a CEPAL. Foi criada em 1948 e 36 anos mais tarde ampliou-se para os países do Caribe. Forma parte de umas das comissões econômicas regionais das Nações Unidas. Tem como finalidade a promoção do desenvolvimento econômico mediante a coordenação com políticas direcionadas a este fim, promove a cooperação e integração regional e sub-regional com o objetivo

de fortalecer a economia. Presta serviços de assessoramento para os governos, planeja e executa programas de cooperação⁴.

No campo da educação, principalmente para América Latina e Caribe, através da CEPAL, foram notáveis a adesão a estes eixos. Para Tonácio (2011) coube à educação o papel de desenvolver a nova sociabilidade adequando-se aos padrões de produção e organização social do capitalismo central.

Por sua vez, esses organismos internacionais colocaram como requisito para investimentos nos países em desenvolvimento a necessidade de adequações dos sistemas de ensino às políticas de ajuste econômico, a busca da produtividade e da competitividade no mundo globalizado (TONÁCIO, 2011, p. 5).

Em 2003 a ONU-Força Tarefa lança o documento “Esporte para o Desenvolvimento e Paz”, com o objetivo prestar assistência aos países para atingirem as Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas (MDMs). Para Melo, este documento é mais um passo rumo à sistematização das propostas da ONU para a área do esporte à luz do projeto político burguês.

São relevantes algumas das concepções que se desprendem do documento e que precisam ser criticadas à luz da sua essência, e nos perguntar aquém, de fato, beneficiam estas concepções? A serviço de que/quem elas estão?

Logo no início, em relação ao esporte e desenvolvimento econômico, podemos ver o entendimento de esporte como fornecedor de um “método barato de melhorar a empregabilidade” (ONU, 2003, p. 9) através do ensino de habilidades necessárias ao mundo de trabalho tais como trabalho em equipe, liderança, disciplina e valor de esforço, reforçando a lógica da responsabilidade individual pelo próprio destino/ sucesso. A mensagem ao setor empresarial é claro, o esporte é um aliado para moldar melhor o trabalhador.

Mas a capacidade do esporte como motor da economia não para por aí. O desenvolvimento econômico local, assim como a criação de emprego é também permeado pelo esporte.

Os programas de esportes oferecem oportunidades de emprego, assim como estimulam a demanda de produtos e serviços. O esporte é também uma fonte importante de gastos públicos e privados, tais como os gastos em infra-estrutura durante grandes eventos e em consumo. Juntos, esses fatores demonstram que o esporte tem potencial considerável para iniciar o desenvolvimento econômico (ONU, 2003, p. 9).

⁴ Disponível em: www.cepal.org

Entra no debate também a oportunidade que o esporte propicia para o incentivo privado, seja na construção de infraestrutura para eventos ou mesmo na mercadorização de todo que diz respeito (e nem tanto) a ele, desde a fabricação de indumentária, mídia, patrocinadores.

O esporte é um catalisador para o desenvolvimento econômico. No mundo inteiro, o setor dos esportes é avaliado em US\$ 36 bilhões com previsão de expansão de 3 a 5 por cento ao ano (ONU, 2003, p. 20).

O lucro gerado pelo esporte enche os bolsos dos grandes capitais nacionais e internacionais, das empreiteiras, das empresas privadas que ganham isenção fiscal, porem o investimento não é por conta deles só. O Estado deve entrar com investimento de verbas públicas e ainda assim achar aliados privados para desenvolver suas ações. Neste jogo de favores quem sai perdendo é o povo.

Tanto a elaboração quanto a implementação de estratégias locais para o desenvolvimento baseadas no esporte devem ser participativas, incentivando e facilitando parcerias entre interessados locais, incluindo Governos, agências das Nações Unidas, ONGs, grupos da comunidade, empregadores e empregados (ONU, 2003, p. 20).

A proposta de criar uma articulação com a sociedade civil retira a responsabilidade de garantias do Estado ao tempo que caminha em direção à sustentação política neoliberal tendo como base os próprios explorados.

É importante salientar que a execução de toda a política direcionada por tais organismos não se dá de maneira verticalizada, mas sim de forma consentida encontrando nos governos nacionais a mediação necessária para a plena realização das metas apontadas por essas organizações internacionais.

3.2 O NEOLIBERALISMO PARA A PERIFERIA MUNDIAL: O PAPEL DO BRASIL

3.2.1 Collor e FHC: os primeiros passos do neoliberalismo

É na década de 1990 que se aprofunda a inserção dos países do capitalismo dependente na divisão internacional do trabalho (LIMA, 2005), decorrente das reformas – políticas e econômicas- neoliberais. A integração à economia mundial esta fortemente articulada com a burguesia nacional que busca seus próprios interesses, fortalecer a lógica de dominação e reprodução dos interesses dos países centrais.

No Brasil a estratégia de desenvolvimento neoliberal se implanta no governo de Fernando Collor de Mello e se torna hegemônica com Fernando Henrique Cardoso (FHC). Cronologicamente, antecedeu o governo de Collor, que, se bem breve⁵, caracterizou-se por um período de grande importância para a introdução da agenda neoliberal.

A eleição de Collor foi o resultado da união de várias frações da burguesia nacional que viram nos candidatos da oposição⁶ o perigo de uma mobilização da classe trabalhadora. Além disso, a burguesia nacional considerava que as políticas sociais estavam demandando uma quantidade excessiva de dinheiro público para seu financiamento, e começaram a defender a adoção do neoliberalismo por parte do Estado.

As reformas que aconteceram no Brasil foram parte de uma política arquitetada com os organismos internacionais que visavam oxigenar as taxas de lucro do capital. Os direitos sociais conquistados nos anos anteriores como educação, saúde, segurança, trabalho, moradia, alimentação, lazer, assistência aos desamparados, previdência social, proteção à maternidade e à infância foram de forma disfarçada sendo sucateados e precarizados. Alguns serviços públicos foram privatizados, eliminaram-se grande parte dos subsídios e se garantiu a inserção do Brasil, enquanto país periférico, no processo de produção globalizada. Os grandes capitais tiveram o caminho aberto para se inserir como produtores/prestadores de serviços e bens matérias “à venda”.

O Plano (Plano Brasil Novo) Collor, se mostrou amplamente comprometido com o projeto liberal-conservador e buscava a modernidade capitalista através do sucateamento do capital estatal (ANTUNES, 2005). Para tais fins, era necessária a privatização do Estado, redução do déficit público, enxugamento da liquidez, arrocho salarial, beneficiar o grande capital em detrimento do médio e pequeno, estimular as importações supondo dar a franquia das produções nacionais ao monopólio dos capitais internacionais e conseguir estancar a inflação; recomendações que fazem parte também do receituário do Fundo Monetário Internacional. As políticas do Collor, atreladas à agenda neoliberal para os países da periferia capital, visavam atender as demandas da classe burguesa, como disse Antunes (2005)

⁵ O presidente Fernando Collor de Mello sofreu em 1992 *impeachment* após dois anos de mandato.

⁶ Para Antunes 2005 os principais concorrentes foram Ulysses (PMDB), Brizola (PDT), Maluf (PDS), Lula (PT).

[...] o Plano não faz- porque, aí sim, feriria os interesses dominantes- nenhuma referencia a uma mudança radical na política econômica e no padrão de acumulação, visando à erradicação da miséria e ao fim do arrocho salarial; nenhuma alusão à enorme sucção de capitais que migram para o Primeiro Mundo, nenhuma referencia séria à reforma agrária e nenhuma referência a desprivatização do Estado. Estes, sim, pontos que interessam decisivamente àqueles que vivem do seu trabalho (p. 11).

O grande fracasso do Plano de Collor (I e II) levou o Brasil a uma situação ainda pior. A inflação atingiu níveis altíssimos, a classe trabalhadora vivenciou arrocho salarial e desemprego altíssimos. Na análise de Antunes (2005), a “aventura eleitoral” do Collor (p. 18) trouxe como conseqüências “crise econômica, recessão intensificada, crise social brutal, corrupção compulsiva, tensão militar, desequilíbrio e instabilidade política, com possibilidades de fratura institucional” (p. 18). Os grandes empresários e os demais setores ligados ao capital começaram a sofrer também com o fracasso do Plano.

Após o impeachment do Collor, assume a presidência Itamar Franco, que por sua vez deu continuidade à agenda neoliberal no país.

O governo de FHC veio a prosseguir com as políticas neoliberais do anterior mandato. Ascendendo ao poder com discursos de socialdemocracia, FHC não demorou em mostrar a quem serviria seu governo, e na greve dos petroleiros de 1995 deixou as claras como seriam os próximos quatro anos no que diz respeito à classe trabalhadora.

A maior expressão neoliberal na era FHC foi a Reforma do Aparelho do Estado formulada por Bresser Pereira, prevendo diversas reformas de fundo que previam entre outras coisas, o enxugamento dos gastos sociais com educação, saúde, lazer, etc.

É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle de resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado (PEREIRA, 1995).

A reforma do Estado propunha mudanças administrativas e fiscais, aprofundamento das privatizações e parcerias com os setores privados.

Esta lógica atravessará toda a política do governo Cardoso: energia, telecomunicações, política industrial e comércio exterior, ciência e tecnologia, política externa e as áreas sociais, identificadas como as “cinco

metas prioritárias” – agricultura, educação, saúde, segurança, habitação, saneamento e turismo (LIMA, 2005, p. 212).

O que se seguiu foi um aumento da desindustrialização, a ruína das universidades públicas, sucateamento da saúde pública, uma sucessiva privatização de empresas estatais como telecomunicações (Telebrás), a indústria siderúrgica, a Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, as estradas, empresas de distribuição de energia elétrica. Os trabalhadores sofreram a desregulamentação e precarização do trabalho, aumento desemprego estrutural, retirada dos direitos trabalhistas, as jornadas de trabalhos se flexibilizaram, a privatização da previdência social. O projeto FHC de forma continuada a do Collor tinha por finalidade a modernização do estado e a integração do Brasil de forma subordinada à ordem de nível mundial.

O presidente que se dizia não liberal, abria o discurso sobre o ajuste fiscal da seguinte forma;

Quero falar sobre Orçamento [...] se gastarmos mais do que arrecadamos com impostos, vamos nos endividar. Quanto maior for a dívida, maiores serão os juros. A Previdência Social é a área onde gastamos mais e arrecadamos menos. É uma das principais causas do déficit público. [...] Não tem sentido o Brasil continuar com um rombo de R\$ 42 bilhões na Previdência Social, crescendo a cada ano. Precisamos da reforma da Previdência (28 de outubro de 1998⁷).

A reforma da previdência implementada pelo FHC é um dos piores *legados* que foi deixado à classe trabalhadora, resultando num conjunto de enormes perdas para a classe. A redução da jornada de trabalho aparece como uma das pautas mais reivindicadas pelos trabalhadores a nível mundial. Esta pauta não significa apenas lutar com o fim de diminuir as horas de trabalho, e sim, parte do entendimento que a emancipação do homem será o resultado da luta pela reivindicação do *sentido*, sendo este contrario à alienação, da vida como um todo, incluindo tanto o tempo de trabalho, como o tempo livre. Logo, lutar pela redução da jornada laboral é, de forma concomitante, uma luta pela ampliação do tempo livre.

A flexibilização e intensificação do tempo de trabalho, polivalência, a terceirização, o trabalho precário, a super exploração fazem do homem um ser alheio àquilo que produz. Mas esta característica alienadora, desprovida de *sentido* não se aplica somente ao mundo de trabalho, estende-se a todas as esferas da vida. Assim, a alienação e o fetichismo próprios do modo de produção e acumulação da

⁷ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc28109808.htm>.

sociedade capitalista acabam fazendo do tempo livre, o tempo de não trabalho, aquele que ocorre nas horas que o trabalhador não está vendendo sua força de trabalho.

Ao invés deste entendimento a (contra) reforma da previdência prolongava o tempo de trabalho trazendo um maior desemprego. Dentre outras mudanças, trocava o tempo de serviço por tempo de contribuição e a o mesmo tempo criava o limite de idade para a aposentadoria integral dos servidores públicos e aumento de idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores privados. O acesso à aposentadoria ficou dificultado na medida em que o valor dela passou a depender do tempo de contribuição e da idade.

No âmbito da educação, tanto Collor quanto o governo FHC seguiram as recomendações neoliberais feitas pelos organismos internacionais, como por exemplo o Banco Mundial (BM). Uma das recomendações seguidas pelo FHC era para reformar as universidades públicas sob o discurso de que as instituições federais de ensino superior (IFES) não estavam dando conta de formar profissionais para o mercado de trabalho. Como aponta Lima (2011) o modelo das instituições públicas alicerçado no tripé básico ensino-pesquisa-extensão era considerado “oneroso e improdutivo”.

O Estado na procura de reduzir custos para cumprir com as orientações econômicas propostas principalmente pelo BIRD / BM, BID e o FMI, procurou novas formas de administração pública. A articulação com a sociedade civil permitiu-lhe deixar em mãos das ONGs as responsabilidades públicas que lhe eram próprias.

Para a periferia do sistema, tornava-se imperioso ‘enxugá-lo’, transferindo responsabilidades públicas para a sociedade civil [...] o que foi chamado de democrática descentralização. No entanto, ainda que ‘enxuto’, o Estado teria de ser forte para produzir, centralizadamente, as políticas públicas em todos os setores de sua ação, configurando o Estado societário, para ditar rumos e metas à sociedade e realizar a transferência de responsabilidades da área social para a sociedade civil, segundo políticas predefinidas, estabelecendo, portanto, o diálogo e a cobrança de resultados. Além de tudo isso, exigia a transformação de instituições em organizações, bem como a valorização das ONGs (Silva Reis e Carvalho Prado, 2003, p. 15).

Nessa caracterização também se enquadravam as universidades. Uma vez transformadas em organizações sociais, o governo ditaria as políticas educacionais e cobraria destas organizações resultados. Seria uma universidade *pública*, mas *não estatal* administrada pelo setor privado. Financiada com verbas públicas e ao mesmo tempo pelo setor privado, em forma de *contribuição social* ou mediante a

venda de serviços. Para Silva Reis e Carvalho Prado (2003) se submete a tríade ensino-pesquisa-extensão “à racionalidade mercantil”.

Embasadas em pedagogias cognitivas e conceitos de competência e empregabilidade, a educação brasileira foi submetido mediante as políticas à lógica do mercado. Estas características fazem parte do processo de expansão do capital nos países subdesenvolvidos, nos quais segundo Silva Reis e Carvalho Prado (2003) há uma reorganização nos âmbitos de “exploração/acumulação” gerando mudanças em todas as esferas estatais.

expressam-se em uma concepção organizativa da educação superior fundada em diagnósticos da crise deste nível de ensino produzidos no contexto dos dogmas da eficiência, eficácia, competência e da excelência do privado e do mercado; da diferenciação institucional e da competitividade empresarial; da ciência na condição de mercadoria e da minimização e centralização do Estado (Silva Reis e Carvalho Prado, 2003, p. 29).

Desta maneira o setor privado ao tomar conta, ainda que em parte, de espaços estatais, *terceiro setor*⁸, feriria o princípio de autonomia das universidades públicas subordinando-as ao setor privado, submetidas a processos mercantis de avaliação. O discurso da produtividade, tão em voga na IFES, corresponde às tantas estratégias neoliberais orientas pelos organismos multilaterais.

O Estado neoliberal da mão de FHC caracterizava-se por ser forte no plano interno, e totalmente submisso no plano externo às agencias multilaterais. Para Coraggio (1996), Silva Reis e Carvalho Prado (2003) descrevem o BM,

Instrumentalizar a política econômica, mais do que continuá-la ou compensá-la. São [as políticas sociais] o “Cavalo de Tróia” do mercado e do ajuste econômico no mundo da política e da solidariedade social. Seu principal objetivo é a reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil competitiva a alocação de recursos, sem a mediação estatal. Outro efeito importante é introjetar nas funções públicas os valores e critérios do mercado (a eficiência como critério básico, todos devem pagar pelo que recebem, os órgãos descentralizados devem concorrer pelos recursos públicos com base na eficiência da prestação de serviços segundo indicadores uniformes etc.), deixando como resíduo da solidariedade a beneficência pública (redes de seguro social) e preferencialmente privada, para os miseráveis. Em consequência, a elaboração das políticas setoriais [como as políticas públicas para a educação, particularmente para o nível superior] fica subordinada às políticas de ajuste estrutural, e freqüentemente entra em contradição com os objetivos declarados (p. 18).

⁸ Através da transformação das universidades públicas em organizações sociais com contrato de gestão.

Na agenda do FHC entraram também as pautas de privatizações de empresas estatais, a flexibilização das leis trabalhistas, a reforma da previdência, além de outras questões que asseguravam a plena implementação do neoliberalismo no país.

Cabe ressaltar que a partir da segunda metade da década de 90, as estratégias de legitimação do projeto neoliberal foram planejadas visando a ampliação da participação política da sociedade civil. Perante as conseqüências do neoliberalismo – maiores desigualdades sociais, recessão econômica- houve a necessidade de mudar e repensar as estratégias.

Às políticas traçadas a partir do Consenso de Washington somaram-se as do pós Consenso, que visaram a aproximação do Estado à população. Para Lima (2005), o segundo mandato de FHC adotou como principais elementos da *contra-revolução neoliberal* (LIMA, 2005) o alívio à pobreza, coesão social e a terceira via, deixando num segundo plano, porém ainda vigentes, a estabilidade econômica e ajuste social.

3.2.2 O PT e a continuidade neoliberal: a mudança que não foi

Em 2003 assume a presidência do Brasil o líder operário do Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva. Metalúrgico do ABC paulista, no fim dos 70, inícios dos 80, Lula esteve à frente de inúmeras greves junto a um sindicalismo forte, capaz de paralisar parques industriais inteiros.

Historicamente o PT se caracterizou por ser um partido forjado na luta pela sua base, em defesa dos trabalhadores, identificado com os setores populares e na busca de melhorar as condições da população.

Este cenário criou uma grande expectativa na sociedade brasileira e na esquerda internacional em relação a uma mudança de rumo nas políticas sociais e econômicas. Muitos trabalhadores esperavam melhorias econômicas e sociais, melhores condições de trabalho, e mesmo a diminuição do desemprego.

O governo do Lula vislumbrava-se como uma possível ruptura do neoliberalismo dos últimos 12 anos. Ruptura esta que se viabilizaria através de mudanças na política social e econômica contrárias às recomendações dos organismos multinacionais, valorização dos trabalhadores, dentre outras ações *não* liberais.

Mas se uma parcela do povo brasileiro ansiava com a desvinculação neoliberal, o que sucedeu foi o contrário. O partido surgido nos anos 1970, na efervescência das lutas sindicais e sociais, que rejeitava tanto o capitalismo quanto as *metamorfoses* do socialismo encaminhava-se para um social-liberalismo, apenas velhas políticas com novas roupagens. Ainda em 2002, antes de se eleger, Lula assumiu manter os compromissos perante o BM e o FMI, assim como com os setores financeiros nacionais e internacionais, através da “Carta ao Povo Brasileiro”

Para Melo, Hungaro, Athayde (2015), alguns sinais prévios podiam nos indicar a continuidade do projeto neoliberal assim como uma coalizão com a alta burguesia nacional e internacional. O vice-presidente da chapa do Lula, senador pelo PL-MG (atual PR), José Alencar possibilitaria uma aproximação à burguesia industrial; “a prova viva da possibilidade de união entre capital e trabalho” (p. 282) como se referia o próprio candidato à presidência. Para garantir de vez seu compromisso com a agenda neoliberal, Lula “acalmou” à burguesia internacional com a nomeação do Henrique Meireles⁹ como presidente do Banco Central.

Os trabalhadores logo viram a *traição* com a primeira de muitas medidas que mais pareciam uma continuidade dos três últimos mandatos, do que a possibilidade real de uma nova política socialista.

Foi assim, que a primeira ação do Lula em 2003, após sua posse, foi a Reforma da Previdência que atacou os direitos previdenciários dos servidores públicos sendo assim fiel ao seu compromisso com o FMI. Já FHC, em 1999, seguindo as mesmas orientações propôs ao Congresso Nacional um projeto de reforma da previdência social (muito similar ao apresentado pelo Lula) e na época foi o mesmo PT que barrou o projeto. A *(contra) reforma da (im) previdência* (ANTUNES, 2005) significou num aumento do tempo de trabalho, privatização da previdência do setor público com a criação do fundo de pensão, idade mínima para aposentadoria.

Assim, segundo Melo, Hungaro, Athayde (2015), o novo governo aproveitou-se do cenário econômico e da “suposta ameaça de bancarrota financeira” (p. 284) para dar continuidade ao controle fiscal e políticas econômicas do anterior governo. Os autores, citando Leda Paulani (2006), ressaltam alguns aspectos iniciais do governo Lula da Silva /PT

⁹ Ex-presidente do Banco de Boston.

A surpreendente elevação da taxa básica de juros, que chegou a atingir 26,5% ao ano, o aumento voluntário do superávit primário de 3,75 % para 4,25% do PIB e a Reforma da Previdência Social dos servidores públicos deram mostras suficientes de que o processo de finança mundializada estaria garantido no Governo Lula da Silva (p. 284).

Comprometidos e dependentes dos receituários dos organismos multilaterais, principalmente do FMI e do BM, o governo petista seguiu ao pé da letra os *mandamentos* do Consenso/ pós Consenso de Washington, entre os quais podemos destacar; disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização das estatais, desregulamentação e desburocratização. Desenvolveu políticas assistencialistas orientadas pelos grandes organismos financeiros mundiais voltados para os segmentos mais encarecidos da classe trabalhadora brasileira.

A forma como o PT¹⁰ tem conseguido implementar as políticas neoliberais centra-se principalmente no modo como tem lidado com os movimentos sociais, ou cooptando-os ou criminalizando aqueles que não compactuam com o desmonte dos direitos dos trabalhadores. Na área do esporte e lazer, podemos identificar a busca pelo consenso através das Conferências Nacionais do Esporte, que em última instância envolvem a população e os segmentos ligados ao esporte e lazer para legitimar políticas que já estão delineadas pelo governo e empresários.

O curso das privatizações, desenvolvimento de subempregos, terceirizações seguiu o ritmo dos anos anteriores dando andamento a diversas reformas, desde a já mencionada previdência ao ensino alinhando o Brasil com os ditames dos grandes organismos mundiais como FMI, BM, ONU, UNESCO.

Dada a larga à continuidade do projeto neoliberal o governo petista aumento o pagamento da dívida externa, implementação da *contra* reforma¹¹ universitária

¹⁰ Se faz necessário situar a conjuntura atual do PT. No domingo 17/04/2016 a câmara de deputados aprovou o prosseguimento do processo de Impeachment no senado contra a presidenta Dilma Rousseff. Numa análise de Perry Anderson temos que nos remontar à campanha eleitoral 2014 onde Dilma assegurou que continuaria a priorizar as melhorias das condições de vida dos trabalhadores, mas eleita tomou outro rumo, corte nos gastos sócias, redução dos créditos dos bancos públicos, leilão propriedades estatais, isso somada ao aumento das taxas de juros pelo Banco Central levou o país a uma recessão generalizada. Os protestos em massa em São Paulo e no Rio de Janeiro reivindicando o valor da passagem, aumentaram sua dimensão para se torar em expressões generalizadas de descontento, rapidamente a aprovação do governo caiu. De três meses até hoje manifestações tomaram as ruas exigindo a saída da presidenta. Para uma análise mais profundo recomendamos a leitura de Perry Anderson "Crise no Brasil".

¹¹ O termo "contra-reforma" da definição de Lima (2005) afirma que a reforma universitária é implementada no sentido inverso ao de alargar os direitos sociais, que ao longo da história se deram através de reformas.

(que o próprio FHC tinha tentado, mostrando-se assim mais eficientes que os governos ditos conservadores), políticas de alívio à pobreza e inserção paulatina, mas constante, do setor privado na educação pública através de leis e parcerias público-privadas, assim como aumenta o compromisso de manutenção da educação privada injetando verbas públicas.

Tendo como alvo as camadas sociais, mas empobrecidas, muitas das políticas e programas sociais criados e implementados pelo governo Lula/PT foram considerados assistencialistas. Manteve-se a linha de pensamento do governo anterior com os programas de transferência de renda para a população abaixo da linha da pobreza, que na análise de Fagnini (2012), citado por Melo, Hungaro, Athayde (2015), objetivam uma reforma do Estado e o ajuste fiscal considerando o baixo custo que significam para o PIB.

Com tudo, as políticas postas em ação vestiram a cara do povo, e tão bem mascaradas venderam que programas como PROUNI, REUNI e FIES¹² viriam aumentar o acesso e melhorar a educação superior, sem questionar o investimento feito nas redes privadas de ensino nem no desmonte do ensino público superior ampliando o ingresso sem garantir formas de manutenção dos alunos nem dos cursos, nem ampliando a contratação de professores e funcionários administrativos para as IFES. Foi então, de forma “fatiada” que o Lula conseguiu a provar a contra reforma universitária através de medidas provisórias (SIANES, LIT, PPP, PROUNI).

Estas políticas, dentre outras como Fome Zero, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, deram a aparência de que o governo do Lula era *para* o povo, criando possibilidade de acesso e consumo que antes não eram possíveis.

A “cereja do bolo” do último mandato do Lula foi a medida provisória 520/2010 (assinada o 31 de dezembro – último dia de mandato-) que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) entregando assim os hospitais públicos à administração privada.

De lá para cá, forma muitos os ataques sofridos aos trabalhadores e bilhões de cortes orçamentários a áreas sociais. Nos primeiros dias de mandato, Dilma Rousseff/PT quebrou o recorde de corte orçamentário, atingindo os 50 bilhões de

¹² O FIES é a concretização da visão liberal de ensino superior, pago pelo estudante. Criando assim uma dívida que dependera da possibilidade do ingresso no mundo do trabalho. Já o PROUNI fortalece o investimento de verbas públicas no setor privado concedendo bolsas de estudo em universidades particulares, ainda que estas, ao aderirem ao programa ganham isenção fiscal. Dinheiro público injetado nas grandes empresas da educação!

reais. Não foi surpresa se deparar que as áreas que mais sofreram foram a educação e a saúde, já há tempo, sucateadas e largadas aos grandes tubarões dos setores privados. Este corte garantiu o cumprimento das metas do superávit primário e, por conseguinte o pagamento dos juros da dívida.

Para podermos dimensionar as prioridades do governo PT, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 os gastos do orçamento geral da União (executado) com os juros e amortizações da dívida foram de 45,05 %; 43,98%; 40,30% e 45,11%¹³ respectivamente. Áreas como educação, saúde e desporto e lazer variaram de 2,99% a 3,73%; 4,07% a 4,29% e 0,02% a 0,04% também respectivamente.

Toda essa política internacional arquitetada para os países subdesenvolvidos que se mascara para fingir que atende às demandas dos trabalhadores, mas que visa oxigenar o lucro dos grandes empresários favorecendo em todas suas ações à classe que esta no poder se desdobra no Brasil de forma desigual e combinada¹⁴ aprofundando assim a subordinação imperialista, irá se expressar nas formas de implementação das políticas públicas em todas as esferas, entre elas as políticas públicas de esporte e lazer.

¹³ Dados disponíveis em Auditoria Cidadã da Dívida <http://www.auditoriacidada.org.br/>.

¹⁴ A lei do desenvolvimento desigual foi enunciada por Lênin e Trotsky desenvolveu o conceito desenvolvimento combinado. Já George Novack (2008) teorizou sobre a lei de desenvolvimento desigual e combinado. Explica como o processo de desenvolvimento de certas formações sociais contem no seu interior elementos que correspondem a diferentes etapas de outras formações sociais, acabando por *combinar-se*. Esta combinação somente é possível sempre que existam diferenças (*desigualdades*) no ritmo de evolução das diferentes formações sociais e na evolução das diferentes etapas presente no interior das formações. Precede o desenvolvimento desigual à combinação dos elementos que foram desenvolvidos de forma desigual. Mesmo que a combinação dependa do desenvolvimento desigual, uma atua sobre a outra, afetando-se mutuamente. “[...] desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista – pelas relações estabelecidas entre os países imperialistas e os países periféricos – e combinado – pela associação de elementos “arcaicos” e “modernos” no desenvolvimento econômico e social dos países periféricos [...]” (LIMA 2005, p. 175).

4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER

Orientados por uma corrente crítica ligada aos intelectuais da Educação Física, o governo do Lula/PT se apresentou como uma via para avançar nos debates na área, superando assim as abordagens que visavam o esporte e lazer como direitos sociais assim como o predomínio do esporte espetáculo.

Ao falar em política pública falamos em um determinado tipo de intervenção, que necessariamente traz consigo a posição político-ideológica que a norteia e que deverá estar inserida na concretização de todas as ações que vierem a ser adotadas.

Para Areias e Borges (2011) a análise de Coutinho (1989) respeito da acepção *gramsciana* para o termo política tem dois sentidos, sendo um amplo e outro restrito. No amplo, “política identifica-se praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis que supera a mera recepção passiva ou a manipulação de dados imediatos” (idem, p. 576), configurando-se assim como inerente a vida do ser social.

No sentido mais restrito, pode ser definida um “conjunto de práticas e objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados” (ibidem, p. 576-577).

Assim, o Estado busca se legitimar muitas vezes através das políticas públicas. Para Marcellino (1996) estas ações possuem um alto potencial contraditório, na medida em que as políticas públicas em países da periferia do capitalismo devem ser vistas “em seu movimento pendular entre a intenção original e básica de disciplinar mentes, treinar a força de trabalho e reproduzir as estruturas sociais de um lado, e a sua capacidade de dinamizar os potenciais emancipatórios implícitos na realidade social, de outro” (p. 32).

O fenômeno esportivo apropriado pela lógica capitalista se materializa em políticas governamentais que legitimam os gastos dos cofres públicos para atender e garantir a manutenção e expansão do padrão de acumulação do capital.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira vamos abordar a criação do Ministério do Esporte e da conjuntura política desse processo, e a partir disso, como e porque as políticas começaram a ser direcionadas para os megaeventos esportivos. Num segundo momento faremos um breve repasso da década de ouro e a vinda dos megaeventos esportivos ao Brasil e que relação isso guarda com a agenda neoliberal e a crise do capital.

4.1 O (NOVO) MINISTERIO DO ESPORTE

4.1.1 Os novos rumos

Na década do oitenta um pensamento crítico foi surgindo no entendimento do esporte no país, o esporte para todos visava a necessidade do esporte brasileiro não ser ligado de forma direta às competições esportivas voltadas ao alto rendimento, mas sim ao desenvolvimento de políticas públicas esportivas que realmente beneficiassem a população a ter acesso às práticas corporais por meio de espaços públicos (COLETIVO DE AUTORES, 2005).

Assim, o debate do esporte no Brasil teve um grande acúmulo por intelectuais da Educação Física que construíram o projeto político do PT desde os anos oitenta, que viram, na ascensão do Lula em 2002, a esperança de não apenas um entendimento crítico, mas a possibilidade de mudanças na área.

Em 2003 se cria o Ministério do Esporte desvinculando-se assim do Ministério de Turismo. Esta ação se mostrou como um sinal de maior participação do Estado em relação às políticas esportivas e a possibilidade que avançar na área (MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015).

A vitória eleitoral do Lula veio acompanhada da demanda em integrar os partidos que compunha a base governista. Assim, o ME teve sua gestão das secretarias compartilhadas entre o PT e o PC do B.

Para manter as condições de governabilidade, Lula encabeça um governo que não é do PT, mas liderado pelo PT e tem que partilhar poder com outros partidos que lhe dão a base de sustentação no Congresso Nacional. Um destes é o Partido Comunista do Brasil (CASTELAN, 2011, p. 29).

A missão desse Ministério é “formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano.” (BRASIL, 2004, p.9).

A estrutura organizacional contou com três secretarias durante os dois mandatos do Lula/PT. A Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR), a Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL)¹⁵.

¹⁵ As duas primeiras ficaram a cargo do PC do B, em tanto que a terceira correspondeu ao PT.

A SNEAR teve como papel principal (ainda mais no segundo mandato presidencial PT) o que diz respeito dos megaeventos, mas também se encarregou do esporte profissional. À SNEEE incumbiu os programas voltados ao esporte e o sistema educacional formal, tendo como carro chefe o Programa Segundo Tempo (PST) destinado a jovens e crianças em ambiente escolar. A SNDEL esteve relacionada ao financiamento de eventos de caráter científicos, publicações de livros, grupos de pesquisa (Rede CEDES) e programas relacionados ao esporte e lazer, como exemplo, o PELC (MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015).

O Ministério do Esporte torna-se responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas referentes ao esporte e lazer, organizando assim diversas ações.

A partir de 2004 o ME altera o processo de formulação das políticas públicas tornando-o, na teoria, mais democrático em relação à elaboração das políticas, envolvendo aos diferentes segmentos da sociedade para assim desenvolver mecanismo de controle e financiamento eficazes.

Para alguns autores (Avritzer, Flausino) esta característica é própria do governo Lula, que desde seu primeiro mandato adotou mecanismos participativos que significaram em diversas ações governamentais como ser estratégias de planejamento, participação da sociedade civil, realização de conferências. Ainda que, estes espaços de deliberação participativa caracterizados pela descentralização, se devem a uma tendência mundial que busca ajustar-se às mudanças da sociedade.

Assim organizam-se as Conferências Nacionais do Esporte¹⁶ com o intuito de se configurar como um espaço de debate, formulação e deliberação das políticas públicas de esporte e lazer do país. Participam dela entidades administrativas do esporte e da sociedade civil organizada, organismos das diversas classes e grupos sociais e representantes do bloco no poder.

Os documentos finais, contendo pautas, objetivos e diretrizes das conferências, não são sinônimo que os órgãos responsáveis pelas políticas públicas, como ser o ME ou outras entidades irão implementá-los. Servem, porém, como um indicativo de consenso temporário (MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015).

¹⁶ Assim também como as houve para o setor da saúde, educação, etc.

As CNE constam de etapas regionais, estaduais e nacional. Suas etapas finais foram realizadas em 2004 – I Conferência, 2006 - II Conferência e 2010 - III Conferência.

“*Esporte, lazer e desenvolvimento humano*” foi o tema central da I Conferência Nacional do Esporte. A elaboração das propostas de ação foram norteadas pelos eixos temáticos: esporte administração e legislação, esporte educacional, esporte de alto rendimento, esporte lazer e qualidade de vida, esporte e conhecimento, esporte economia e negócios, direito ao esporte e lazer, futebol (BRASIL, 2004).

A partir das deliberações aprovadas na Conferência, elaborou-se a Política Nacional do Esporte e levantou-se a necessidade de criar um Sistema Nacional de Esporte e Lazer para assim organizar as políticas a nível municipal, estadual e nacional.

Em 2006, dois anos depois da primeira edição, teve lugar II Conferência com o tema “*Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer*” cujos eixos temáticos foram: financiamento, gestão e controle social, recursos humanos e formação, estrutura: organização agentes e competências (BRASIL, 2007).

Em 2010 a III Conferência teve como tema principal “*Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais*”. A grande mudança de paradigma nesta terceira edição foi o foco que os Megaeventos Esportivos tomaram, tendo em consideração o papel do Brasil enquanto sede nos anos que seguiriam. Assim, a III CNE teve como objetivo definir “*os rumos das políticas públicas de esporte e lazer a serem consubstanciadas em um Plano Decenal*” (BRASIL, 2009). Os megaeventos esportivos enquanto pauta não ocorreram nas Conferências, não sendo então uma reivindicação da população enquanto uma política de esporte e lazer.

As discussões das conferências materializadas nos documentos finais não fogem da lógica neoliberal posta ao serviço da manutenção e aumento da modelo de produção. Desta forma, podemos ver como cada vez mais as PPP são *normalizadas* e sugeridas a fim de, custe o que custar, se consigam os parceiros financeiros necessários para poder desenvolver as políticas de parcerias.

Do documento final da I Conferência podemos ressaltar as propostas de ação que dizem respeito do esporte educacional;

Aproveitamento dos espaços físicos já existentes nos municípios e estados, com parcerias públicas e privadas que promovam a ampliação da oferta da prática esportiva para alunos e alunas das escolas públicas e comunidade em geral... (BRASIL, 2004, p. 21).

Em relação ao Esporte, Lazer e Qualidade de vida o documento recomenda

Realizar diagnósticos da estrutura esportiva e de lazer e propor ações articuladas entre os diversos níveis de administração pública e ou em articulação com a iniciativa privada e organizações da sociedade civil, para construção, modernização, revitalização, preservação, otimização e maximização de espaços e equipamentos para o esporte e lazer... (BRASIL, 2004, p. 27).

Do direito ao esporte e lazer se propõe criar um Sistema Nacional do Esporte e Lazer que receba orçamento da União, estados e municípios, garantindo a gestão pública e o controle social para assim manter e viabilizar as políticas públicas de esporte e lazer “fortalecendo e estimulando as parcerias com o terceiro setor entre vários entes públicos e setores privados” (BRASIL, 2004, p. 28).

As constantes sugestões para parcerias com setores privados através do terceiro setor nas ações do ME dizem respeito de como este elemento do neoliberalismo procura apresentar intervenções no modelo econômico, tentando desta forma ampliar compromisso social (MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015).

Os citados autores em referência a II Conferência, destacam mais uma, se não a maior, expressão de adesão ao terceiro setor. O ME reconhece a necessidade da universalização do acesso ao esporte e lazer, mas que esta concretização não pode depender apenas da ação estatal. Assim, mesmo que seja dever do Estado, o SNEL deve considerar *outras* iniciativas para sua concretização.

Continuam com a análise do documento que afirma que o Estado não deve ser visto como o único responsável pela viabilização do esporte e lazer, pois mesmo sendo garantido pela Constituição, existe a possibilidade de não atenderem a demanda de universalização. Assim, o documento joga a responsabilidade a ser partilhada com demais entidades públicas assim como privadas.

A oferta de políticas sociais através das políticas de parceria com a participação das organizações da sociedade civil tem como pano de fundo incentivar o *empreendedorismo*, onde o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso ou fracasso. As organizações civis se tornam essenciais para

Formar uma nova geração [...] nos chamados programas sociais, em que as noções de empreendedorismo, voluntariado e responsabilidade social sejam concebidas como orientadores das sociabilidades... (MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015, p. 295).

Para tomarmos dimensão do compromisso do governo para garantir o desenvolvimento dos megaeventos que aumentam o lucro do capital, o governo PT precisa preparar o país através de leis bem arquitetadas e *bem* financiadas.

Levando em consideração que os programas desenvolvidos pelo ME se configuram como a efetivação das políticas públicas de esporte e lazer, e importante ressaltar a progressiva ampliação de recursos destinados ao esporte de alto rendimento em detrimento de outros programas, reforçando a prioridade governamental.

Athayde (2012) realizou uma análise dos recursos que compõem o financiamento do esporte com o objetivo de elucidar o aumento de recurso destinados ao esporte de alto rendimento. O autor verificou que os recursos orçamentários relativos a quatro programas¹⁷ do Ministério de Esporte não prioriza a alocação dos recursos no esporte educacional nem no esporte de participação.

Tabela 1 – Distribuição dos recursos orçamentários

Programas	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Media 2004-2007	Media 2009-2010
Brasil no esporte de rendimento	9.468,78	7.855,01	10.301,09	7.909,56	58.846,08	17.956,84	74.544,40	9.208,29	50.449,11
Rumo ao Pan 2007	55.012,72	7.748,71	158.158,12	820.158,50	0,00	0,00	0,00	344.56,11	0,00
Esporte e Lazer da Cidade	56.484,42	13.784,30	34.989,87	22.693,72	22.838,04	4.756,41	20.993,60	38.056,00	21.915,82
Segundo tempo	42.687,74	68.652,31	69.298,67	35.681,61	94.962,78	60.118,26	75.562,16	49.222,67	76.869,07

Valores em R\$ pagos por programas no período de 2004 a 2010 (em milhões), deflacionados pelo IGP-DL.

Fonte: SIGA BRASIL – Senado Federal. (Elaboração Athayde 2012).

A comparação dos valores destinados ao programa Rumo ao Pan 2007 nos anos de 2006 e 2007 em relação aos outros programas, inclusive com o programa

¹⁷ Programa Brasil no esporte de rendimento e Rumo ao Pan 2007 pertencentes a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento; Programa Segundo tempo da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e o Programa Esporte e Lazer da Cidade Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer.

que corresponde também a Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento confirmam os interesses do ME.

Ainda a relação entre os programas correspondentes a esporte educacional e participativo dizem respeito a correlação de forças, já mencionada, que se reflete na definição das fontes de e distribuição dos recursos, que nem sempre seguem critérios econômicos e sim políticos.

As ações e políticas do ME se encontram subordinadas às exigências dos organismos multilaterais, assim como aos interesses da classe burguesa. Prova disto são alguns dos programas e ações¹⁸ que atualmente são desenvolvidos pelo ministério.

Vejamos o exemplo da Lei do Incentivo ao Esporte¹⁹. Conforme a LIE a pessoa física que investe em projetos esportivos e paradesportivos poderá deduzir 6% do imposto de renda e no caso de pessoa jurídica a dedução é de 1%. Os projetos devem ser previamente aprovados pelo ME e poderão corresponder a qualquer das dimensões do esporte, seja educacional, rendimento ou participação.

Aderindo à lei, as empresas podem entrar como doadoras ou patrocinadoras, mas como o próprio ME explicita nas orientações, ser patrocinador da a possibilidade de associar a marca da empresa ao projeto.

Na tabela 2, levantamento realizado dos dados disponíveis nos pagina do ME em relação aos recursos captados e distribuídos, podemos ver como se dá a relação de investimento das três áreas. A diferença de investimento irrisória, o esporte de alta rendimento ganha de goleada do educacional e do esporte participação.

¹⁸ Segundo www.esporte.gov.br, Plano Brasil Medalhas, Centro de iniciação ao Esporte, Bolsa- Atleta, Segundo Tempo, Atleta na Escola, Esporte na Escola, Esporte e Lazer na Cidade, Vida Saudável, Futebol Feminino, Sistema Nacional do Esporte, Lei de incentivo ao Esporte, Praça da Juventude, Programa Brasil Voluntario.

¹⁹ Lei nº11.438 de 29 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11438.htm.

Tabela 2 – Recursos captados pela Lei do Incentivo ao Esporte

	Participação	Rendimento	Educacional
2007	R\$ 288.194,27	R\$ 47.387.129,90	R\$ 4.525.580,62
2008	R\$ 10.230.220,68	R\$ 61.117.879,99	R\$ 10.865.641,34
2009	R\$ 18.697.487,51	R\$ 70.561.845,51	R\$ 21.677.639,39
2010	R\$ 26.854.607,12	R\$ 135.999.016,63	R\$ 29.933.778,21
2011	R\$ 38.939.531,46	R\$ 146.529.664,44	R\$ 35.123.077,15
2012	R\$ 31.848.108,23	R\$ 140.069.580,73	R\$ 39.982.385,83
2013	R\$ 33.539.026,93	R\$ 156.680.038,83	R\$ 94.954.887,10
2014	R\$ 44.805.395,20	R\$ 158.061.691,73	R\$ 100.125.864,36
2015	R\$ 100.021.130,82	R\$ 294.663.215,38	R\$ 97.084.790,36

Fonte: Ministério de Esportes - Lei de Incentivo ao Esporte - Consulta de Recursos Captados. Elaboração própria.

Outro exemplo de investimento público voltado ao esporte de alto rendimento em detrimento de outras políticas e ou programas, é o bilhão de reais repassados aos esportes olímpicos e paraolímpicos no marco do Plano Brasil Medalhas. Lançado em 2012, objetiva situar o país entre os 10 primeiros dos Jogos Olímpicos e os entre os 5 dos Paraolímpicos. O repasse é destinado à compra de material e melhoria do quadro técnico assim como a construção e reformas de complexos multiesportivos. Estes programas, que baixo um olhar ingênuo parecem contribuir como desenvolvimento, não fazem mais do que reforçar a lógica excludente e elitista do esporte e reproduzir a concepção de esporte espetáculo.

No âmbito do esporte de alto rendimento é frequente a associação a empresas privadas resultando em investimentos no setor esportivo que se revertem em publicidade ou isenção fiscal. O esporte passa a se desenvolver baseado na lógica de mercado.

A partir desta conjuntura as políticas públicas de esporte e lazer no país passam a ser influenciadas pelo objetivo de projetar o país no campo esportivo, mas também no campo político e econômico²⁰. Para Mascarenhas et al. (2012) no que tange ao esporte e lazer, os Megaeventos Esportivos se tornam princípio norteador e pauta prioritária das ações governamentais.

²⁰ Esta tendência ganha expressão a partir da realização dos Jogos Panamericanos em 2007, a candidatura do Estado de Rio de Janeiro para as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016 e a definição, ainda em 2007, da sede da Copa.

A análise das políticas públicas de esporte e lazer do governo Lula deve considerar as causalidades e contemplar as relações que há entre a política, história e economia. Segundo Boschetti (2009) as dimensões fazem parte de uma totalidade necessária para entendermos a história do surgimento e sua relação com as questões sociais que deram origem, da economia com as determinações que terminam por configurar as políticas sociais assim como também as das forças políticas de confronto.

4.1.2 O Brasil dos megaeventos – A década de ouro

A chamada *década de ouro* nos esportes é composta pelos megaeventos, fruto da articulação entre o governo e os empresários, que foram e serão ainda sediados pelo Brasil, procurando assim reconhecimento internacional.

Em junho de 2007 e em outubro de 2009 o Brasil venceu as disputas para sediar a Copa do Mundo FIFA e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

A *década de ouro* esta composta por: Jogos Panamericanos (2007), Jogos Parapanamericanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014), Jogos Olímpicos (2016), Jogos Paraolímpicos (2016), Jogos Mundiais Universitários (2018), Copa América de Futebol (2019).

A vinda dos megaeventos para o Brasil faz parte da sua inserção na divisão internacional do trabalho enquanto país periférico. Para entendermos como o capitalismo se materializa de forma particular em cada região é fundamental analisar qual o papel que cumpre no modo de acumulação do capital.

Para Marini (2005), a dependência “é entendida como uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada” (p. 33). O subdesenvolvimento e a dependência são processos indissociáveis, dado que o segundo se nutre das relações desiguais as que são submetidos o primeiro.

Diante da crise estrutural do capital, é preciso achar novas formas de reestruturação do mercado, aumentando a extração de mais valia, aprofundando a exploração dos países dependentes pelos centrais.

Segundo Carcanholo (2011) a superação da crise implica num processo de liberação dos mercados financeiros para a aplicação dos capitais acumulados.

Assim se cria um meio que acelera a circulação e expansão do capital mediante o aumento dos espaços de aplicação de este capital superacumulado.

com maiores privatizações, reduções dos gastos públicos em rubricas de cunho social e aprofundamento das reformas previdenciárias. Trata-se de criar/expandir mercados para atuação desses capitais sobranes (CARCANHOLO, 2011, p. 81).

As economias centrais põem em prática estratégias *clássicas* como a reconfiguração da divisão internacional do trabalho, abertura de mercados com mão de obra barata e intensificação da exploração da força de trabalho, aumento da produtividade.

O mercado esportivo se insere enquanto espaço de infinitas possibilidades lucrativas que vão desde a profissionalização dos clubes, o *valor* dos jogadores, faturação da mídia, patrocinadores, venda de ingressos até a produção do mais variado material esportivo. Configura-se assim o esporte-espetáculo, que tem os Megaeventos esportivos como sua concretização mais avançada.

Na rota da reestruturação capitalista, o Brasil, sede dos megaeventos esportivos, se encontro no centro da acumulação através do esporte. As políticas esportivas são agora norteadas pela realização destes megaeventos, acompanhadas por campanhas de legitimação do investimento público. Cerca de 30 bilhões de reais foram destinados para a construção, apenas, da Copa do Mundo FIFA 2014.

O discurso oficial nos diz que este é a grande oportunidade do país gerar emprego, tornar-se atrativo para investimentos estrangeiros, despontar como potência esportiva, aumento de renda, e, principalmente, deixar um legado para o povo brasileiro através das melhorias urbanas e de infraestrutura esportiva.

Mas o que vemos na realidade são investimentos bancados pelos cofres públicos na construção e reformação das arenas, onde os únicos beneficiários são as empreiteiras que lucram neste processo. As obras abriram espaço para a criação de subempregos em paupérrimas condições de trabalho.

Para o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas de Rio de Janeiro (2013) a reorganização das cidades sedes acarretou na remoção de aproximadamente 250 mil famílias, aumentando a especulação imobiliária.

As remoções aumentaram o fluxo do capital na medida em que entram em jogo empréstimos para poder adquirir novos imóveis ou mesmo através de

programas de moradias que no fim das contas aumenta o lucro das empreiteiras; sem mencionar na arrecadação proveniente das demolições e das consequentes construções. Para estas famílias, o *legado* será sem dúvidas histórico!

O desenvolvimento dos megaeventos no Brasil foi na contramão dos interesses das camadas populares, com privatizações de espaços públicos, elitização do esporte e lazer. Elitização esta que não se deu apenas pelo encarecimento dos ingressos, mas também pelas condições de exclusão às que foram submetidas milhares de famílias brasileiras.

Os transtornos ocasionados pela construção dos grandes centros urbanos que abrigam os megaeventos incidiram de forma direta na rotina de milhões de trabalhadores que se depararam com obras e reformas que dificultaram a mobilidade urbana²¹.

Tudo vale pelo esporte! As arenas onde aconteceram os jogos eram apenas mais um elemento, sendo considerado que tudo o que estiver no caminho até elas, faz parte do espetáculo, justificando assim as remoções, criminalização da pobreza atropelamento à natureza urbana.

O 5 de junho de 2012, o governo Dilma/PT anuncia a Lei Geral da Copa, nº12.663 que impõe uma série de demandas da FIFA ao governo federal para a realização da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014.

Esta garantiu a isenção fiscal, proibiu os vendedores ambulantes de trabalhar criando uma restrição comercial, proibiu as greves e manifestações!, criou sanções civis e novos crimes, delimitou zonas de exclusão nas cercanias das areias, concedeu os direitos comerciais e de imagem com exclusividade à FIFA e seus patrocinadores oficiais criando um monopólio dos símbolos oficiais. A Lei da Copa²² ainda interfere no direito de ir e vir dos brasileiros nos dias dos jogos, criando um Estado de exceção nesses dias.

Mesmo, contudo, a população saiu às ruas se mostrando contrários à Copa e ao gasto descomunal de verbas públicas, como exemplo, citamos o movimento “Não vai ter copa” e as jornadas de junho. Já o governo tinha reforçado o aparato policial e militar que não hesitou em calar as massas via repressão, reafirmando sua função como braço repressor do Estado.

²¹ Construção ou ampliação de avenidas, aeroportos, mudanças relativas às linhas e horários de trens e ônibus. Muitas destas superfaturadas pelas empreiteiras, não entregues a tempo.

²² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm.

Sem qualquer contrapartida para a sociedade, o Brasil viveu o aprofundamento das privatizações, o repasse descarado de verbas públicas diretamente para o setor privado da economia. Através do esporte espetáculo os megaeventos assumem o compromisso perante o capital para garantir sua expansão.

Desta forma há uma estreita relação entre a vinda dos megaeventos no país e a contínua retirada dos direitos sociais aumentando o poder não apenas da burguesia nacional, como da internacional, por meio da articulação das políticas esportivas governamentais. A década de ouro fortaleceu a relação entre o governo e o setor empresarial, ligado principalmente a construção civil.

5 PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE

Esporte e lazer. O lazer as vezes se materializa na prática esportiva, na atividade realizada no tempo livre, quando não trabalhamos. Mas que tipo de atividade é essa? É livre escolha ou escolhemos dentre a leque que nos é oferecido?

O lazer se configura segundo o mundo do trabalho, que a por sua vez reproduz a lógica do capital e busca a todo custo extrair lucro. No decorrer do capítulo vamos abordar o lazer e sua relação com o capital.

Em seguida o caso do PELC/PCT/UFSM e uma análise da sua função, como se desenvolve e quais características precisam ser desvendados para chegarmos a essência do fenômeno.

5.1 QUE LAZER É ESSE?

O tempo livre dentro do marco institucional teve seus inícios na sociedade industrial, como o tempo contrário ao dedicado ao trabalho remunerado. Este espaço surgiu como o tempo para o trabalhador poder recuperar a força que foi gasta trabalhando. Assim, através de atividades de ócio e lazer se possibilitava a formação de um corpo dócil para a indústria (MARCASSA, 2002). Na sociedade do consumo, ainda atrelada a essa concepção, o tempo livre vira mercadoria.

Tendo como intenção principal aumentar o controle daqueles que retêm os meios de produção sobre seus trabalhadores, o lazer se configurou a partir de um viés funcionalista²³ posto ao serviço da manutenção da ordem vigente. Junto a industrialização, a organização do tempo e as atividades a serem desenvolvidas começaram a ser mais delimitadas e regulamentadas. No trabalho configurou-se a divisão das tarefas e no tempo livre o trabalhador deveria descansar e recuperar as forças de trabalho que lhe permitiriam voltar, com energia suficiente, à longa jornada laboral.

Pode se entender assim o tempo livre como aquele momento oposto ao trabalho, no qual o operário vai recuperar as energias que foram gastas no trabalho, a fim de recuperar aquilo que perdeu na produção. Padilha (1992) nos faz pensar

²³ Segundo Padilha, "Entende-se por funcionalista toda aquela abordagem que concebe o lazer como momento de recuperação ou compensação do que se "perde" no trabalho".

num ciclo composto de três momentos, primeiro o homem gasta suas forças no trabalho alterando a natureza para seus fins específicos, em segundo lugar após ter esgotados suas energias ele merece descansar através de atividades de lazer, e por último é no descanso que ele vai recuperar suas forças para serem gastas de novo no trabalho.

Este ciclo aparentemente natural e supostamente equilibrado [...] representa alguns valores típicos de concepções funcionalistas do lazer que buscam a manutenção do status quo através de um falso humanismo” (PADILHA, 1992, p. 29).

A organização do tempo livre iria garantir a saúde física e mental consumida pelo trabalho, solucionando as doenças causadas por este. Sendo controladas as atividades que acontecem no tempo livre, dar-se-ia lugar à formação de corpos adequados e submissos ao trabalho.

A educação física teve um papel fundamental no que diz respeito ao cuidado do corpo do trabalhador no tempo livre, e no tempo organizado formalmente. Cuidar do corpo era prezar pela nova sociedade em desenvolvimento, “força de trabalho produzida e posta em ação pelo corpo é fonte de lucro” (COLETIVO DE AUTORES, p. 35). Assim, atividades de lazer eram propostas as camadas populares, assim como a educação física enquanto conteúdo sistematizado da escola.

Podemos ver como o tempo livre se configurou como a forma de organização “das sociedades modernas e capitalistas” (MARCASSA, 2002, p. 190). Surge como uma conquista dos trabalhadores, como tempo/espaco oposto ao trabalho, mas na sua essência tem um caráter hegemônico, já que “nele há uma reprodução dos processos de retificação, das relações capitalistas de trabalho, da ideologia burguesa e da indústria cultural” (MARCASSA, 2002, p.191). Assim o lazer aparece como meio para controlar o trabalhador, fora de seu horário laboral, em seu tempo livre. Explica a autora que o tempo livre

Desenvolve-se como espaço de uma nova formação humana, pela qual a diversão, o descanso e a recreação são orientados para a adequação do trabalhador em troca de salário, produzir as riquezas do país, submeterem-se as condições econômicas de classe oprimida e explorada e conformar-se a desigualdade social (MARCASSA, 2002, p. 192).

Na sociedade de consumo o lazer apareceu como espaço onde o entretenimento podia se inserir, fazendo com que o usufruto ficasse restrito àqueles com possibilidades econômicas para acessar. Ainda quando as pessoas acreditam

que agem por vontade própria, estão sendo manipuladas por aquilo que define o que é ou não do tempo do trabalho. No tempo livre o sujeito tem diversas opções que são dispostas pela indústria cultural, valorizando assim de forma subjetiva estas opções, além disso, aprecem também restrições objetivas para o acesso a estas.

O mercado acaba reduzindo o tempo livre ao consumo, a algo material que pode ser comprado, configurando o lazer como o momento para a aquisição dos bens materiais oferecidos pelo mercado. A possibilidade de acesso a esses bens vai determinar quem tem ou não acesso ao lazer. Este caráter de mercadoria do usufruto do tempo livre e acesso ao lazer vai a reforçar a divisão de classes da sociedade, fazendo com que a classe trabalhadora tenha limitada sua possibilidade de acesso em comparação à classe dominante.

Essa sua faceta reforçadora dos valores próprios à sociedade de consumo, de forte teor excludente, é a síntese de uma concepção de organização social que traduz cidadania pela capacidade consumidora do cidadão, visto meramente como consumidor, e manifestações culturais – entre elas a esportiva – como mercadorias, produtos suscetíveis à lógica de mercado (CASTELLANI FILHO, 2006).

Exemplo disto é a crescente mercadorização e espetacularização do esporte, que para o espectador aparece como tempo de lazer, e se mostram com um vasto campo lucrativo; preço dos ingressos dos megaeventos esportivos, o valor da indumentária esportiva, os canais pagos para assistir os jogos.

Frente a esta realidade o lazer tem por objetivo formar aos homens e mulheres, quando não também as crianças, para o trabalho e para manter a ordem vigente. Podemos ver assim que o sentido concedido ao tempo livre foi um instrumento para a construção e consolidação de um projeto de sociedade e nação de dominação de uma classe sobre outra.

Acreditamos que o lazer enquanto concepção funcionalista ou mercadoria está fortemente reforçado através de diversas ações e políticas governamentais. Considerando que as políticas públicas são a objetivação de uma determinada posição política-ideológica, elas vêm a atender, não tanto as necessidades da população, mas as dos governos.

Engajados com a classe dominante, o governo deverá atender as demandas e imposições necessárias para manter o *status quo*. Assim, são de absoluta relevância as concepções que as políticas, ações e programas acarretam consigo.

5.1.1 O PELC fenomênico: o que se vê e o que se desvenda

“O lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer” (BRASIL, 2003).

A continuação vamos a apresentar o PELC na sua forma epidérmica. Como ele se estrutura? Quantas pessoas são envolvidas na sua execução? Quais seus objetivos? O que suas diretrizes nos indicam? E como isso tudo vai, a través da análise, desvendar a essência do fenômeno. Para isso será necessário analisarmos as determinações que o compõem.

Entendemos que o suposto fundamental da teoria de marxista é a diferenciação entre aparência e a essência do fenômeno, entre a forma de manifestação das coisas e a sua real constituição. A aparência é a forma como o objeto de estudo se apresenta na realidade. Assim, *entender* o PELC como ele é posto, torna-se essencial para avançar na sua compreensão.

Wachowicz (2001) ainda contribui que “o melhor método ao se abordar o objeto que se queira pesquisar, seja começar pelo real e pelo concreto, ou que mais concretamente representa a realidade” (p. 2).

O Programa Esporta e Lazer Na Cidade foi criado em 2003, e lançado juntamente com outras ações como o Programa Segundo Tempo²⁴ (PST). O PELC visava suprir as carências de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por Esporte recreativo e Lazer, sobre tudo daqueles em situação de vulnerabilidade social e economia, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social. Para Castellani Filho²⁵ (2007)

O PELC busca materializar o acesso ao esporte e ao lazer por meio da ação governamental, revertendo à lógica até então predominante e oferecendo respostas `à necessidade social por políticas de esporte e de lazer apoiadas no projeto histórico de emancipação (p. 7).

²⁴ O PELC foi criado pela SNDEL que correspondia ao PT, enquanto o PST foi construído pelo quadro do PC do B a cargo da SNEE. A correlação de forças fez-se presente na concretização e execução destes dois Programas. O PST era o carro chefe do Ministro Queiroz (PC do B) e foi considerado como o primeiro programa intervenção em entrar de fato em funcionamento, para MELO, HUNGARO, ATHAYDE (2015) isso se deveu às prioridades político-partidárias. Segundo Castelan (2011) “o PELC precisou se desenvolver para não sucumbir frente ao Programa Segundo Tempo” (p. 1).

²⁵ Lino Castellani Filho se desempenhou como titular da SNDEL durante os dois mandatos do Lula/PT.

Desta forma ele se estruturou a partir de três núcleos; Todas as Idades, Povos e Comunidades Tradicionais, e Vida Saudável. O primeiro visa o atendimento de todas as faixas etárias, incluindo as pessoas portadoras de deficiência. O segundo se caracteriza por ter foco no atendimento dos grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tal por possuírem formas próprias de organização social e ocuparem territórios tradicionais (BRASIL, 2012, p. 5). Dentre destes consideram-se as comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, rurais. E finalmente, o terceiro núcleo²⁶ orientado à comunidade maior de 45 anos.

Para os fins deste trabalho, vamos nos deter na análise do segundo núcleo, Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) por se tratar do programa²⁷ que teve parceria como a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Vamos nos referir a ele como PELC/PCT/UFSM.

O PELC/PCT/UFSM foi uma parceria entre o Ministério de Esporte e a Universidade Federal de Santa Maria que teve seu início em março de 2013 via edital N°001/2012 do ME/SNELIS. No convenio de duração de 14 meses (até abril de 2014) foi pactuado no valor de R\$ 345.912,32.

As verbas (públicas) destinadas ao programa foram administradas via FATEC²⁸. Faz-se necessário neste ponto problematizarmos a presença das ditas Fundações e o que essa *administração de recursos* significa.

As Fundações Apoio à Tecnologia e Ciência, consideradas como PPP, correspondem ao “Pacote de Autonomia Universitária”²⁹ que trata sobre a relação entre a autonomia, as fundações privadas e a LIT. Para Leher (2010) o pacote diz respeito à concepção de autonomia do governo Lula/PT, concepção esta neoliberal que permite o manejo econômico e político de um determinado modelo de acumulação, que para Florestan é o capitalismo dependente.

Assim, as fundações (privadas) de apoio possuem a gestão administrativa e financeiras de programas, projetos, laboratórios, infraestrutura, material e demais elementos que levem à melhoria e desenvolvimento da instituição.

com a MP, as fundações de apoio podem se tornar o centro de gravidade de toda política de pesquisa da universidade, desde que mediadas por

²⁶ A partir de 2012 o núcleo VS passou a ser um programa separado do PELC.

²⁷ A UFSM já teve o PELC-Todas as Idades em anos posteriores.

²⁸ Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência.

²⁹ Normatizadas pela MP 435/2010 e dos Decretos N° 7232, 7233 e 7234.

contratos de PPP. Assim, pela MP, as fundações podem remunerar os professores e estudantes de pós-graduação e graduação engajados no empreendedorismo acadêmico por meio de bolsas de ensino, de pesquisa e extensão e podem utilizar-se de bens e serviços das IFES e ICT's contratantes (LEHER, 2010, s/n).

Facultadas para auferir bolsas de ensino, pesquisa e extensão inclusive para o quadro permanente de uma instituição, as fundações institucionalizam nichos privados para garantir ao capitalismo acadêmico um espaço jurídico apropriado ao lucro, seu fim primeiro.

Do total do repasse do ME ao programa, a FATEC recebeu R\$ 13.304,32 pela administração do programa. Verba pública injetada nas empresas privadas! A privatização disfarçada do patrimônio público.

Desta forma, a implementação do PELC/PCT/UFSM já diz respeito não apenas ao programa como um elemento isolado, e assim a um componente que faz parte do aprofundamento da dependência, o “modelo bancomundialista de universidade como organização subordinada aos interesses do capital” (LEHER, 2010, s/n).

Ainda sobre as PPP podemos analisar a relação que guarda com o tempo de duração ou *prazo de validade* do programa. Segundo o edital findados os 14³⁰ meses de atuação perante à comunidade, esta deverá ter se *apropriado* do programa para poder dar continuidade. Como? Seja a partir da “própria ação e possibilidades de financiamento” ou através das prefeituras.

Neste sentido o período de 18 meses é definido como prazo para que a comunidade local se aproprie desta tecnologia, com apoio estrutural e pedagógico do Ministério e, a partir daí, construa sua própria ação e possibilidades de financiamento (BRASIL, 2012, p. 5).

As prefeituras, assim como as universidades a fins de poderem desenvolver o programa devem atender ao edital específico. Esta “livre concorrência” pode ser entendida como a oferta por parte do governo, mesmo que sem a garantia que todas as prefeituras possam aceder.

Para Areias e Borges (2011) esta *universalização (restrita)* está longe de acontecer pela falta de financiamento para torna-la realidade, assim as parcerias conduzem a mercantilização dos direitos sociais.

³⁰ São 18 meses, 4 correspondem a organização, planejamento e formação de agentes sociais e o resto a atuação.

Com tudo, nem mesmo o programa garante a viabilização de alguns dos seus preceitos. Vejamos; com foco em atender comunidades com características (rurais, quilombolas) muitas vezes afastadas da urbe, o programa não destinava recursos para os deslocamentos.

No caso do PELC/PCT/UFSM, os agentes sociais pertencentes a um dos núcleos, a través da ajuda da prefeitura do distrito onde atuavam, ganhavam as passagens, sem as quais teria sido inviável a desenvolvimento do programa. Com tudo, os deslocamentos que duravam de trinta minutos a uma hora, não eram contados na carga horaria, criando desta forma um quadro de precarização *bolsista*.

Numa sociedade capitalista onde o lucro exacerbado leva a exploração do homem pelo homem, o trabalhador cada vez mais se encontra em situações de absoluta precarização. Neste quadro, estudantes que deviam estar fazendo pesquisa, extensão e ensino, são adentrados na lógica capitalista de trabalho. É a universidade servindo ao capital! O tripé básico da universidade cada vez mais longe de se concretizar, na medida em que a extensão é apenas uma prática desconexa da teoria, impossibilitando assim uma práxis, consciente, emancipadora.

Perante isto, alunos de graduação e pós-graduação³¹ tinham uma carga horaria frente a comunidade de 20 hs³² (podendo ser aumentada a 40 hs) semanais por uma bolsa menor ao salário mínimo.

Agentes Sociais de Esporte e de Lazer: Carga Horária 20h, de acordo com a realidade local. Obs.: poderá ser autorizada carga horária de 40h o que ocasionará a diminuição do número de agentes (BRASIL, 2012, p. 15).

Como mencionamos anteriormente a oferta não garante a viabilização. Assim, todos os editais do PELC, inclusive o PCT, contemplam a participação de pessoas portadoras de deficiência. O que na realidade acontece é que muitas vezes a sua participação se vê limitada por outras carências dos serviços públicos, como falta de transporte adequado para chegarem até o local, ou mesmo infraestrutura apropriada para poder recebê-los, fazendo com que muitas vezes fiquem excluídas.

Areias (2008) nos chama a pensarmos as políticas públicas de esporte lazer conjugados a uma concepção de políticas públicas, articuladas, ao serviço do povo e não das empresas. Uma característica que permeou o desenvolvimento do programa

³¹ Agentes Sociais ou Coordenadores.

³² “14 horas semanais de atividades sistemáticas; 04 horas para planejamento, estudos e reuniões e 02 horas para outras atividades como eventos, mobilização comunitária” (BRASIL, 2012, p. 14).

é que este se deu em função dos horários do ônibus. As aulas não aconteciam no melhor horário para as comunidades, e sim nos horários que era possível chegar até eles. Isto não apenas se aplicou ao programa, e sim a vida diária destas pessoas, que ficam à mercê das empresas de transporte. Inclusive, tinha comunidades onde só era possível chegar de carro! E outras onde os agentes tinham que se deslocar vários quilômetros a pé.

No relatório de cumprimento de objeto entre a UFSM e o ME podemos ver algumas destas situações no quesito *principais dificuldades*;

O deslocamento até a aula tem que ser feito com caronas (p. 8) [...] Os horários de ônibus para que a agente chegue no local das aulas (p. 9) [...] O caminho a pé que tem que ser feito por 2 Km até chegar no quilombo (p. 10) [...] As agentes têm que fazer 3,6 km de caminhada para poder chegar até o local (p. 11) [...] O agente tem que usar seu próprio transporte para se deslocar até este local, pois não tem ônibus. (p. 11) [...] A agente tem que esperar carona para poder ir até a parada de ônibus para se deslocar até sua casa (p. 12) O trajeto que a agente tem que fazer a pé até chegar no quilombo (p. 14) [...] O maior empecilho é o deslocamento do agente da rodovia até o quilombo, fazendo caminhando cerca de 2 km (p. 18) [...] Para chegar até esse local é preciso descer na faixa e caminhar cerca de 1 quilometro a pé (p. 23) [...] A agente depende da carona do carro da prefeitura (p. 25) (BRASIL, 2014).

Assim como no mundo do trabalho exige um trabalhador flexível e polivalente que possa desenvolver várias funções, o programa através das oficinas sistemáticas acaba legitimando e reproduzindo a lógica capitalista, ao ponto que os agentes sociais devem desenvolver diversas oficinas para atender as demandas da comunidade. Desta forma, acadêmicos de EF ministraram aulas de percussão, violão, artesanato. Nos processos seletivos, estudantes polivalentes, com capacidade de desenvolver mais atividades, tinham prioridade sob outros.

Concordamos com Melo, Hungaro, Athayde (2015) que em referência ao PST, e nós estendemos esse pensamento ao PELC, o seu desenvolvimento está ligado de forma direta aos pressupostos do capitalismo neoliberal da terceira via que se utilizam das políticas de parcerias através do terceiro setor.

A atuação promotora dos chamados projetos sociais, mesmo tratando-se de políticas governamentais com financiamento e direção político-pedagógico estatal, tem sido a marca dos blocos no poder com afinidade programática ao projeto neoliberal (MELO, 2012; MELO; HUNGARO; ATHAYDE, 2015, p. 288).

Constata isto nas inúmeras parcerias sejam de origem privada ou pública sem as quais o andamento não seria possível, como já mencionamos a parceria com prefeituras, salões cedidos por entidades de cunho religioso.

As políticas de caráter social visam ofertar direitos sociais (tais como o lazer e o acesso e prática esportiva) tornam-se paternalistas, e devem ser obtidas via mercado, descaracterizando o direito social e desresponsabilizando o Estado do dever de garanti-los.

Faz-se necessário neste ponto nos perguntar qual o conceito de lazer que o PELC/PCT/UFSM defende. Nas diretrizes as orientações das atividades sistemáticas^{as} são;

- Atividades físicas (alongamento, caminhada, ginástica, natação, Pilates, yoga, etc.)
- Atividades esportivas (voleibol, handebol, basquete, futebol, skate, tênis de mesa, xadrez, etc.),
- Lutas (karatê, judô, taekondô, etc.)
- Culturais e artísticas (música, teatro, artesanato), danças (regionais, contemporâneas e clássicas)
- Capoeira, jogos populares e de salão, brinquedotecas, salas de leitura, projeção de filmes, esporte recreativo.

Num olhar rápido percebemos que o leque é diverso e foge da lógica do lazer como apenas prática esportiva. Mas a realidade que se nos apresenta está longe das linhas escritas das diretrizes. Da concepção de um programa, estruturada através de suas diretrizes à materialização dele, estar de frente com o participante, há uma grande quantidade de atores envolvidos.

A concepção de lazer que o PELC/ PCT/UFSM teve dependeu da concepção de lazer que os envolvidos têm. Como isso? Para começar, as condições orientadas pelas diretrizes³³ dizem respeito dos conhecimentos e qualidades dos agentes sociais para oferecerem a maior quantidade de opções de atividades.

Em segundo lugar, diz respeito do conceito de lazer que as comunidades atendidas têm. Na pesquisa de Moura (2015) em entrevistas com alunos das comunidades quilombolas atendidos pelo PELC/PCT/UFSM essa concepção ficava

³³ Nos referimos a ampla variedade de atividade a serem desenvolvidas via diretrizes.

muito clara. A partir das entrevistas se percebe que a conformação da comunidade tinha muito a ver com a concepção.

Em comunidades de pessoas mais velhas, organizadas através de grupos da terceira idade ou da igreja, o lazer era todo que caracterizasse uma reunião, seja para brincar, seja para tomar chá, ou para fazer alguma atividade física ou esportiva. Em comunidades mais novas e não tão articuladas o lazer era fazer atividade física (ginástica preferencialmente) e nada mais, pois eles manifestavam que não estava aí (na aula) para brincar ou ficar dando risada. A concepção de lazer estava muito vinculada ao discurso de atividade física igual à saúde.

Diante desta realidade uma reflexão ecoa forte, o PELC/PCT/UFSM, enquanto um programa do ME, atrelado à lógica neoliberal, caracterizado por ter um *prazo de validade*, ou seja, durou pouco, mas teve! e ainda explorando as ditas políticas de parcerias, pode e é uma ferramenta, um espaço de ação e transformação³⁴. Mas para isso não podemos esquecer que, enquanto espaço passível de aglutinar um grupo de pessoas e trabalhar numa perspectiva emancipadora, ele está atrelado às políticas públicas que buscam a manutenção da desigualdade social.

Areias e Borges (2011) nos lembram que o PELC, assim como muitas políticas, tem um caráter contraditório e que uma ação inicialmente de conformação pode levar ao desenvolvimento de processos sociais positivos para a classe trabalhadora.

Esta análise do PELC/PCT/UFSM nos permite entender qual a visão do governo e o objetivo com as políticas de parcerias, a privatização disfarçada, precarização estudantil que visam, cada vez mais, seguir o caminho do projeto neoliberal de sociedade, aprofundando mais a dependência dos países periféricos e atrelando-os a conceitos e receitas comandadas pelos grandes detentores de riqueza a nível mundial.

³⁴ Entendemos que isso será somente possível com uma teoria do conhecimento associada a uma abordagem de ensino que rompam radicalmente com os conceitos ligados à reprodução da lógica capitalista de lazer, e ainda com uma prática social alinhada a tais pressupostos poderão contribuir com a transformação da realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho conseguimos constatar a implicação das políticas neoliberais sociais, econômicas traçadas pelos grandes capitais. Isto reflete nas políticas públicas, sejam elas de cunho educacional, social, de moradia, saúde. Existe um objetivo em comum; aumentar os lucros do capital, reoxigena ló perante sua própria crise, impor aos países periféricos, em vias de desenvolvimento o projeto dominante da burguesia mundial.

O esgotamento do modelo estatal do Estado de bem-estar social, a crise do petróleo, os modelos taylorista/fordista com seus padrões de acumulação estagnados criaram o contexto perfeito para o neoliberalismo entrar em cena.

O Estado gradativamente se retira das questões sociais e econômicas abrindo brecha para participação do setor privado, ou articulando-se com a sociedade civil se desresponsabilizar de certas garantias. Juntos, burguesia nacional e internacional esboçaram as estratégias para que o a retirada do governo, fosse a mesmo tempo a concessão de espaços e oportunidades de gerar lucro. Desregulamentação estatal, privatizações, ONG's fazendo o papel do Estado, investimento público em setores privados que recolhem o lucro, precarização e terceirização do trabalho, aumento da desigualdade social.

No entendimento de Marini (2005) o papel da América Latina cumpriu um papel historicamente na divisão internacional de trabalho. O Brasil, como país capitalista depende, se insere nesse sistema mundial como tendo suas relações de produção modificadas para assegurar a reprodução amplia dos países centrais.

Para assegurar este processo, as organizações internacionais cumprem um papel fundamental. No capítulo I, pudemos ver como este processo toda se articula e se reflete em políticas de educação, moradia, saúde e inclusive esporte e lazer.

Escolhemos realizar este estudo a partir do governo do Partido dos Trabalhadores por que entendemos que os governos são os mediadores destas políticas, são os juízes imparciais que mediam o campo de jogo. A gestão Lula (2003-2011) foi escolhida por vários fatores; o primeiro ligado diretamente ao objeto de estudo, o PELC foi lançado durante este mandato, que foi também o ano da criação do ME, gerando expectativas de mudança para as políticas públicas de esporte e lazer. Em segundo lugar por se tratar de um partido criado no fervor da luta de classes que criou expectativas de representar um enfrentamento à lógica burguesa e que hoje em dia (e faz anos já) se *rende* aos ditames mundiais que

perpetuam a subordinação capitalista. E finalmente pelo Brasil estar vivendo uma década significativa de Megaeventos, que teve início na gestão do ex-presidente Lula. Foi, sem embargo, imprescindível não fazer alusão em alguns trechos do nosso trabalho ao governo Dilma/PT, por se tratar de uma continuidade ideológica.

Quando falamos em metodologia de pesquisa embasada no materialismo, Marx nos incita a um processo de construção e reconstrução, ir além da aparência na busca de um salto qualitativo. *Intriga-me* muito o porquê da aparência, o que determina que o objeto apareça de forma como o faz.

Tal fato suscitou o seguinte questionamento; que relação existe entre as políticas neoliberais e as políticas do governo Lula/PT?, e ainda, como esta relação se reflete nas políticas públicas de esporte e lazer, em especial, Programa de Esporte e Lazer da Cidade, tomando como discussão o PELC/PCT/UFSM?

Entender o PELC como uma peça dentro de um macro projeto de sociedade nos permite pensar, não apenas na realidade mas também na necessidade de novas formas de luta. Para isso a análise das suas diretrizes foi importante, mas ainda mais, se ancorar em leituras mais amplas que nos permitissem ler por trás das linhas desse documento oficial.

A partir da análise feita neste trabalho podemos responder o questionamento acima citado. Desde seus inícios, o governo Lula andou de mãos dadas com as políticas neoliberais, implementado logo após sua ascensão a reforma da previdência, seguido por abertura comercial, redução dos gastos públicos, comprometimentos perante o FMI e BM. Dentro deste plano de aprofundamento da dependência, o Brasil entrou no mapa dos Megaeventos, marco decisório para mudanças nas políticas de esporte e lazer.

A partir disto o Ministério do Esporte lançou uma série de ações e políticas de forte investimento no esporte de alto rendimento, a medida que o esporte educacional e participação continuo a ser tendido por medidas paliativas, com uma *universalização restrita*.

Os documentos finais das Conferências Nacionais do Esporte revelam que o caráter do debate mantido nas duas primeiras edições que se baseou no desenvolvimento humano e a universalização do direito social ao esporte e lazer, mudo de foco na III CNE, tendo como prioridade algo que até então não tinha sido tema de debate, os Megaeventos Esportivos.

Carregado de uma série de valores atreladas à sociedade capitalista, o esporte moderno, como esporte espetáculo foi injetado pelas políticas e pelo

incentivo financeiro vindo do governo. As políticas reforçaram a transferência de verbas públicas para o setor privada, privilegiaram aos empresários com isenção fiscal, reforçaram os valores excludentes do esporte moderno mediante o incentivo monetário aos *futuros* atletas. A articulação que se deu entre indústrias da construção civil, bancos públicos e privados que financiam as construções e legislação específica para a realização fez com que o povo brasileiro só tivera a perder nestes eventos.

Ainda que relegado o esporte participativo e educacional não ficam por fora desta teia de aranhas. Cumpre também com seu grãozinho de areia. Que concepções eles defendem? O debate do lazer se fez necessário para entender como algo tão *simples* contribui para a alienação. Entendemos entanto, que apesar dos programas serem concebidos de forma inerente a uma lógica e visão determina, a execução deles se apresenta como uma possibilidade de ação, atrelada a concepção do ator social.

Com tudo, a análise do PELC/PCT/UFSM nos deixa um saldo *mais* negativo do que positivo. Aprofundamento da lógica de precarização, a falta de condições objetivas que garantam a universalização tão falada nos documentos oficiais. A atuação do terceiro setor à ordem, desde as parcerias necessárias para a viabilização do programa à administração financeira via Fundação de Apoio à Tecnologia e ciência, legitimando a função delas no âmbito das universidades federais.

A focalização no atendimento a um público diferenciado, como princípio antagônico à universalização. Programa de esporte e lazer para comunidades historicamente esquecidas pelas políticas públicas, programa de 14 meses de duração. Ao invés de reverter esta situação atuando no processo que causou esta situação de falta de políticas específicas que atendam as demandas dos povos e comunidades tradicionais, a focalização busca remediar as rupturas epidérmicas através de ações pontuais.

Finalizamos este trabalho com o anseio que venha contribuir para o entendimento da lógica posta, não apenas no PELC/PCT/UFSM, como também nas suas outras versões e em outros programas de cunho esportivo/lazer, referentes ao esporte de alta rendimento, educacional ou participativo e avançar no estudo do papel da educação física enquanto ferramenta da classe trabalhadora para a ruptura desta relação capital-estado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. S. **Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência**. Disponível em: http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt_3/sessao4/Marisa_Amaral.pdf. Acesso em: 25 fev. 2016.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. IN: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- _____. **Crise no Brasil**. 16 de abril de 2016. Disponível em: blogjunho.com.br
- ANDERY, M. A.; SÉRIO, T. M. A. P. A prática, a História e a construção do conhecimento: Karl Marx. In: ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- ANTUNES, R. **A Desertificação Neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- AREIAS, V. K. T.; BORGES, F. C. N. As políticas públicas de lazer na mediação entre o estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**. Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573-588, jul./set. 2011.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial**. Washington, 1990. Disponível em: www.bancomundial.org. Acesso em: 16 out. 2015.
- _____. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia**. Disponível em: <firgoa.usc.es/drupalfiles/010-1344Sp.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2016.
- BRASIL. **Uma Política Nacional De Esporte**. Brasília. Ministério do Esporte, 2003
- _____. **I Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília. Ministério do Esporte, 2004.
- _____. **II Conferência Nacional do Esporte: documento final**. Brasília. Ministério do Esporte, 2007.
- _____. **III Conferência Nacional do Esporte: texto básico**. Brasília. Ministério do Esporte, 2009a.
- _____. **III Conferência Nacional do Esporte: cartilha de orientações**. Brasília. Ministério do Esporte, 2009b.
- _____. **Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Ministério de Esporte. 2012. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/snelis/PELC2012/diretrizesEdital2012V4.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL. **3º Relatório - Cumprimento Do Objeto**. Secretaria Nacional De Esporte, Educação, Lazer E Inclusão Social Programa Esporte E Lazer Da Cidade – Pelc Ministério Do Esporte.

CARCANHOLO, M. D. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*. Edição Especial-Dossiê: A crise do capitalismo, v. 1, n. 3, p. 73-84, dez. 2011.

CASTELAN, L. P. **As conferências nacionais do esporte na configuração na política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. Campinas 2011.

CASTELLANI FILHO, L. Gestão municipal e políticas de lazer. In: ISAYAMA, H.; LINHARES, M. A. (org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. – Belo Horizonte: editora UFMG, p. 136-164, 2006.

_____. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, L. (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação dos agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Omega 2004.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 12 ed. São Paulo, S P: Cortez, 2005.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**: Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro. 2013.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: WARDE, M. J. et al. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez; São Paulo: PUC-SP; São Paulo: Ação Educativa, 1996.

CORREIO DA CIDADANIA. **Entrevista: Roberto Leher critica “pacote de autonomia”**. 2010. Disponível em adua.org.br/noticias.php?cod=304. Acesso em: 9 nov. 2015.

EXNEEF. Da copa, da copa, da copa eu abro mão... eu quero mais dinheiro pra saúde e educação. **Caderno de debates**. Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física, v. 15, p. 19-30, 2013.

GUHUR, P. D. M. SILVA, S. I. As políticas sociais neoliberais no quadro da mundialização do capital: Um “movimento em busca dos anéis sacrificados no passado para salvar os dedos”. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 35, p. 76-95, set. 2009.

HECKTHEUER, A. L. F. et al. (Org.). **Políticas públicas de esporte e lazer na cidade do Rio Grande**. Rio Grande, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética?** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico metodológicos da relação trabalho educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectiva de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIMA, K. R. S. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação, 2005.

LIMA, R. K. R.; PRADO, S. F. H.; NOVAES, B. M. A. **Estado, políticas públicas, contrarreforma e acesso à educação superior no governo Lula da Silva**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DE_EDUCAO/ESTADO_POLITICAS_PUBLICAS_CONTRARREFORMA_E_ACESSO_A_EDUCACAO_SUPERIOR_NO_GOVERNO_LULA_DA_SILVA.pdf. Acesso em: 15 jul. 2015.

LINHARES, M. A. (Org.). **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: editora UFMG, p. 136- 164, 2006.

LESSA, S. **Neo-liberalismo e os limites entre a negociação e a capitulação: a greve das universidades federais**. Disponível em: http://www.serqiolessa.com/nowpublished/neolbr_univers.pdf. Acesso em: 5 jan. 2016.

LULA DA SILVA, L. I. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2324>>. Acesso em: 7 fev. 2016.

MARCASSA, L. **A Invenção do Lazer: Educação, Cultura e Tempo Livre na cidade de São Paulo**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, em 2002.

MARCELLINO, N. C. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. CAMPINAS: Autores Associados, 1995.

MARIN, E. C. **O lúdico na vida**. CONEXÕES: Revista da faculdade de Educação Física da UNICAMP, v. 1, n. 2, p. 32-36, dez. 1999.

MARX, K. **Contribuição para a Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes, 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENANDRO, E. S. V. **A Influência Das Políticas Neoliberais Do Fmi Ao Novo Regime De Insolvência Empresarial Brasileiro**. Dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007.

MORAES, R. J. **Programa Esporte e Lazer Povos e Comunidades Tradicionais Quilombolas e População Rural: análise das relações entre lazer e educação.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) Centro de Educação Física e Desportos. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2015.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. “FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras”. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação. Balanço do governo FHC.** Petrópolis, Vozes, 1999.

NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história.** São Paulo: Sundermann, 2008.

ONU. Força-Tarefa Inter-Agências da ONU. **Esporte para o desenvolvimento e paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio.** Nova Iorque; Nações Unidas. 2003.

PADILHA, V. **Trabalho e lazer: reflexões sobre a abordagem funcionalista.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000341269&opt=4>. Acesso em: 10 agosto 2015.

_____. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito.** Campinas-SP: Alíneas, 2000.

PEREIRA, B. **Plano diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 28 agosto 2015.

PINTO, G. A. **A Organização do Trabalho no Século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo.** 3. ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

RACHED, G. **As Políticas De Desenvolvimento Do Banco Mundial No Contexto Das Transformações Internacionais.** Rio De Janeiro: Ufrj / Instituto De Economia, 2008.

RODRIGUES, L. C. H. **Apontamentos do Neoliberalismo Brasileiro no Governo Fernando Henrique Cardoso.** XXXIII Encontro da Associação Portuguesa de História Econômica e Social. Braga – Portugal, 2013.

SÁ-SILVA, J. R. et al. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. ano I, 2009.

SILVA, R. J.; CARVALHO, P. C. Novas faces da educação superior no Brasil: o neopragmatismo institucionalizado. **Eccos Revista Científica**, Universidade Nove de Julho Brasil, v. 5, n. 1, p. 11-38, jun. 2003.

STEDILE, J. P.; TRASPADINI, R. **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra.** Expressão Popular, 2005.

TEIXEIRA, J. **Alívio a la Pobreza: las propuestas y análisis del Banco Mundial.** *VII Jornadas de Jóvenes Investigadores.* Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

TONÁCIO, G. de M. **Os institutos superiores de educação e seus cursos superiores: a condição capitalista dependente.** Disponível em: < http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05b_t004.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2015.